



CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE



Relato Integrado 2018



Relato Integrado 2018

Lista de Siglas e Abreviações

A3 – Certificação digital

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abracicon – Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas

Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

AC – Acre

ACCRGS – Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul

Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

AIC – Associação Interamericana de Contabilidade

AL – Alagoas

AM – Amazonas

Amec – Associação de Investidores no Mercado de Capitais

AN – Arquivo Nacional

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

Ancord – Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias

Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

ANPCONT – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

ANS – Agência Nacional de Saúde

AOSSG – Asian-Oceania Standard Setters Group

AP – Amapá

APFUT – Aspectos Técnicos das Demonstrações Contábeis das Entidades Desportivas

Apimec – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

AR – Aviso de Recebimento

Art. – Artigo

ASAA – *Advances in Scientific and Applied Accounting*

Asaf – *Accounting Standards Advisory Forum*

ASP – *Active Server Pages*

Aspecon – Associação de Peritos de Goiás

Aspercon – Associação de Peritos de Mato Grosso

Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

BA – Bahia

BCB – Banco Central do Brasil

BF – Balanço Financeiro

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

BS – Balanço Socioambiental

BSC – Balanced Scorecard

Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAE – Comissão Administradora do Exame

CAP – Compliance Advisory Panel Meeting

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBC – Congresso Brasileiro de Contabilidade

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CCB – Convenção de Contabilidade do Estado da Bahia

CCI – Coordenadoria de Controle Interno

CCRGs – Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho

CDAs – Certidões de Dívida Ativa

CDOPE – Coordenadoria de Desenvolvimento Operacional

CDPROF – Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional

CE – Ceará

CEPC – Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC

Cesuc – Centro de Ensino Superior

CFA – Conselho Federal de Administração

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CFOAB – Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil

CGC – Comitê Gestor da Convergência

CGTIC – Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU – Controladoria Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

Cilea – Comitê de Integração Latino Europa-América

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAI – Cadastro Nacional de Auditores Independentes

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Sobre este relato

Bem-vindos.

Em 2018, a atuação do Sistema CFC/CRCs foi conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando a autonomia de cada entidade.

Nossa orientação administrativa foi pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa, tendo como principal objetivo resultados efetivos, todos baseados em nosso Planejamento Estratégico - aprovado em agosto deste ano no Plenário da nossa sede e que deve nos guiar pelos próximos 10 anos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para o crescimento da classe contábil ao que nos compete, no âmbito do Sistema CFC/CRCs, atuando no Registro e na Fiscalização do exercício profissional, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Nosso Relatório Anual é a plataforma que utilizamos para comunicar a todos os públicos de relacionamento como chegamos a esses resultados, em um ano em que o CFC investiu na implantação de ações de inovação e tecnologia, destacando-se as melhorias no sistema da fiscalização eletrônica atual, com a implementação de novas funcionalidades, garantindo mais agilidade e confiabilidade aos profissionais da contabilidade.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos, direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Sumário

Mensagem do Presidente.....	04
Quem somos.....	05
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	06
<ul style="list-style-type: none">• CRCAP• Organograma• Ambiente Externo	
Planejamento Estratégico e Governança.....	09
<ul style="list-style-type: none">• Planejamento Estratégico• Estrutura de Governança• Informações sobre Dirigentes e Colegiados• Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas• Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	16
<ul style="list-style-type: none">• Modelo de Gestão de Riscos e Controle• Principais Riscos e Respostas• Gestão e Controle das Demandas Judiciais	
Resultados da Gestão.....	19
Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	32
Demonstrações Contábeis.....	42
Outras Informações Relevantes.....	50
Anexos.....	52

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá foi criado pelo desmembramento do CRC-PA, pela Resolução CFC Nº 735/92, assinada pelo então Presidente do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Contador Ivan Carlos Gatti, em 22 de outubro de 1992. Tem por finalidade, em consonância com o CFC, nos termos da legislação vigente, registrar, orientar, normatizar, fiscalizar o exercício da Profissão Contábil, além de promover o seu desenvolvimento profissional, no âmbito de sua base jurisdicional.

Após sua criação em 92 havia apenas, cerca de 100 profissionais registrados no CRCAP. Até o final do ano de 2018 o quadro apresentava a seguinte configuração:

Nº DE PROFISSIONAIS ATIVOS REGISTRADOS NO CRCAP / 2018

Profissionais	Quantidade
Contadores	611
Contadoras	589
Técnicos em Contabilidade	233
Técnicas em Contabilidade	110
Total	1.543

Fonte: Setor de Registro CRC-AP

Nosso foco em 2018 foi o fortalecimento da missão institucional do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá e tivemos também, como objetivo, trazer a classe contábil e a sociedade para mais perto do nosso Conselho. Começamos a gestão doando mais de 80kg de alimentos não perecíveis à Casa da Hospitalidade, entidade que cuida de crianças e idosos sem lar, e de pessoas carentes que precisam tratar da saúde e não têm recursos. Os alimentos foram obtidos da inscrição de eventos realizados pelo CRC-AP, na educação continuada dos nossos Profissionais da Contabilidade. Foi um gesto simples que demonstrou o claro objetivo do Conselho de Contabilidade em estar mais próximo da sociedade amapaense, contribuindo no que for possível, como órgão atuante e que precisa estar mais ativo diante desta mesma sociedade.

Neste primeiro ano de nossa gestão à frente do CRC-AP, procuramos trabalhar para inserir o nome do Conselho, no contexto do dia-a-dia da classe e dos órgãos que são inerentes ao trabalho do Profissional da Contabilidade. Desta forma, realizamos as seguintes ações: Consolidação de parcerias com órgãos como a Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA e Federação do Comércio do Amapá – FECOMÉRCIO; consolidação da parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AP; parceria com o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá – SESCAP; buscamos melhorar a relação da classe contábil com a SEFAZ/AP, Receita Federal e a SUFRAMA, visando um melhor atendimento destes órgãos aos nossos profissionais.

Fizemos, também, parcerias com entidades de ensino superior, para obtenção de descontos nos valores da mensalidade, para que o nosso profissional se aprimore ainda mais nos estudos. Participamos de eventos em faculdades que ensinam a Ciência



Contábil, com o objetivo de incentivar a formação dos nossos futuros profissionais. Além dessas ações, merecem destaque outras como:

Realização de cursos voltados à gestão pública como o que ocorreu em cinco módulos: Orçamento e a Nova Contabilidade no Setor Público, de grande sucesso entre os nossos profissionais; entrega solene dos Registros aos novos Profissionais da Contabilidade, valorizando

sua chegada ao mercado de trabalho; fizemos contatos com a Reitoria da Universidade Estadual do Amapá, para estudos viabilizando o Curso de Ciências Contábeis naquela universidade. Seria o primeiro curso de Contabilidade gratuito, em uma universidade pública aqui no Estado do Amapá. Ainda estamos trabalhando para tornar viável o referido curso; começamos, também, um trabalho com as futuras gerações recebendo em visita na sede do Conselho, acadêmicos de Ciências Contábeis acompanhados de seus professores, que conheceram as instalações do CRCAP, um pouco da história do nosso Conselho e ficaram sabendo dos desafios e realizações que a profissão contábil pode lhes proporcionar.; Levamos 02(dois) Projetos de Lei à Assembleia Legislativa do Amapá, que beneficiam diretamente nossa classe: Um dando um valor mínimo de remuneração aos Profissionais da Contabilidade que assumirem cargos administrativos no Governo do Estado. O outro, obrigando a contratação de um profissional nosso, no controle dos Caixas Escolares. Por ser 2018, um ano de eleição, não foi possível, mas esperamos a aprovação destes PL em 2019.

Nosso trabalho desde o início, está pautado em levar à nossa classe contábil amapaense, o grande diferencial que é o conhecimento. Acreditamos que nossa classe é defensora sim da sociedade e principalmente dos nossos clientes. Deve se inserir mais na situação econômica e política do nosso Estado, seja reconhecida como uma classe de profissionais éticos e proativos, diante de uma sociedade cada vez mais carentes de referências. Que possamos ir em busca de grandes desafios e novas conquistas em 2019.

Contador Emilio Sérgio de Oliveira dos Santos
Presidente CRCAP

Classe Contábil Amapaense



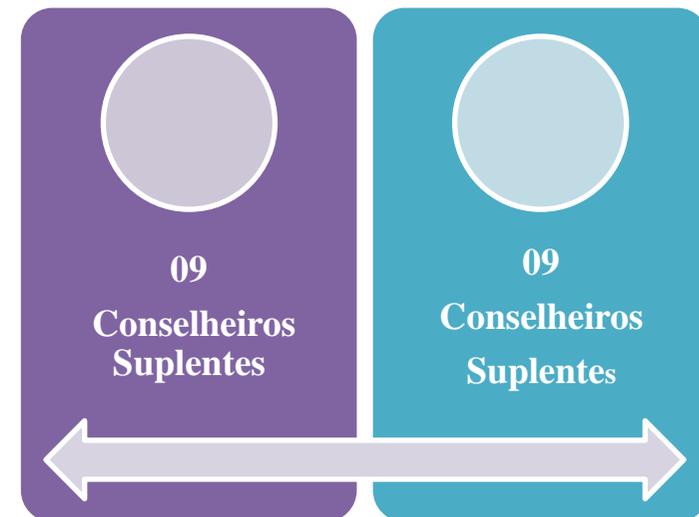
Quem somos

Os Conselhos Regionais de Contabilidade foram criados pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, publicada no D.O.U. de 28.05.1946, com as alterações constantes dos Decretos-leis nºs. 9.710, de 1946 e 1.040, de 1969 (alterado pela Lei nº 12.932, de 26 de dezembro de 2013 e as Leis nºs. 570/48; 4.695; 5.730/71; 11.160/05 e 12.249/2010), dotados de personalidade jurídica de direito público para presta serviço de natureza pública.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – CRCAP foi desmembrado do Conselho Regional de Contabilidade do Pará através da Resolução CFC nº 735/92, de 22/10/1992, sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.370/11, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – CRC/AP é constituído por 9 (nove) conselheiros efetivos e igual número de respectivos suplentes, eleitos na forma da legislação vigente, sendo composto por Contadores e, no mínimo, por 1(um) representante dos Técnicos de Contabilidade, que será eleito no pleito para renovação de 2/3 (dois terços) do plenário.

Constituição do CRC-AP





Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

CRCAP

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – CRCAP foi criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (alterado pelo Decreto-Lei nº 9.710/1946 e as leis nºs 570/1948 e 12.249/2010), Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969 (alterado pelas Leis nº 12.932/2013; nº 11.160/2005 e a nº 5.730/1971) e a Lei nº 4.695, de 22 de junho de 1965, dotado de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, presta serviço de natureza pública e tem a estrutura, a organização e o funcionamento estabelecidos pelo Regulamento Geral dos Conselhos aprovado pela Resolução CFC nº 1.370/11. O CRCAP é integrado por um total de 09 Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes – Decreto-lei nº. 1.040/69, alterado pela Lei nº 11.160/05.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá – CRCAP é constituído por 9 (nove) conselheiros efetivos e igual número de respectivos suplentes, eleitos na forma da legislação vigente, sendo composto por Contadores e, no mínimo, por 1(um) representante dos Técnicos de Contabilidade, que será eleito no pleito para renovação de 2/3 (dois terços) do plenário.

FUNÇÕES BÁSICAS

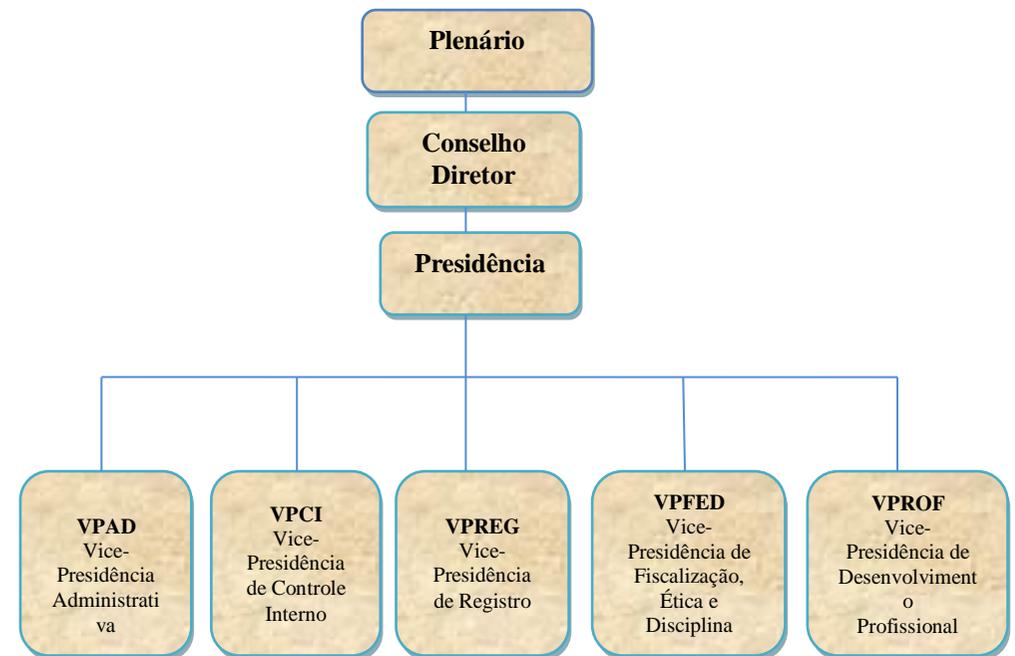
- ❖ Fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil no Estado do Amapá;
- ❖ Registrar e cadastrar os profissionais e as organizações contábeis do Estado do Amapá;
- ❖ Promover a educação continuada aos profissionais da contabilidade do Estado do Amapá.

Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento

Resolução CFC nº 735/1992, de 22 de outubro de 1992, que cria o Conselho Regional de Contabilidade do Amapá através do desmembramento do Conselho Regional de Contabilidade do Pará.

ORGANOGRAMA

O CRCAP apresenta a seguinte estrutura organizacional



Ambiente externo

Considerando o cenário nacional, difícil mencionar o nome de algum órgão, instituição ou empreendimento que não tenha sentido, de alguma maneira, os reflexos de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil. Nesse período conturbado, iniciado em meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou mais de 3% por dois anos consecutivos, 2015 e 2016, e só começou a apresentar sinais de recuperação em 2017, quando cresceu 1%. Essa recuperação parece caminhar a passos lentos, já que a expectativa de crescimento para 2018 é de cerca de 1,3%. Esse contexto recessivo, em que o desemprego chegou a mais de 12% e o pessimismo se instalou, trouxe ao CFC uma redução de mais de 2% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória crescente nesse período, passando de uma média de 26,4% em 2015 para 38,7% em 2018. Esses valores se referem à média do percentual de inadimplência dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade.

Está em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC 36), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5367) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 367) que, em síntese, buscam definir qual o regime de trabalho que deverá ser aplicado aos funcionários de Conselhos de Fiscalização Profissional – Celetista ou Estatutário. A matéria está pautada para apreciação no STF em junho de 2019 e vem sendo definida como uma ameaça, tendo em vista que sua decisão poderá acarretar enormes reflexos de ordem econômica e consequências estruturais gravíssimas para os Conselhos Profissionais, especialmente, no que se refere ao regime de aposentadoria dos funcionários.

No cenário internacional, é impossível não se deparar com os rápidos avanços tecnológicos que vêm ocorrendo a cada dia. É um caminho sem volta e os impactos dessas transformações se disseminam de várias formas. Nos últimos anos, a mídia vem trazendo uma visão negativa e ameaçadora dos impactos da tecnologia sobre a profissão contábil. Buscando reverter esse quadro, o CFC implementou várias ações no decorrer de 2018, com intuito de esclarecer que os avanços tecnológicos devem ser vistos muito mais como aliados do profissional da contabilidade, além de constituírem uma oportunidade de aperfeiçoamento e atualização contínua. Dentre essas ações, destacamos palestras realizadas em eventos como o XIV Congresso

Internacional de Contabilidade do Mundo Latino (Prolatino), Quintas do Saber, XI Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis, 4º Encontro Nacional de Jovens Lideranças, Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico do Sistema Contábil, além de várias matérias e entrevistas sobre o tema.

Ademais, se analisarmos o papel do profissional da contabilidade hoje, percebemos que ele se desprende muito do nível operacional e se aproximou de um perfil mais estratégico, sendo peça fundamental na gestão de qualquer empreendimento. O diferencial está em ressaltar esse novo papel de gestor, as habilidades, a capacidade analítica, características essas que são, certamente, insubstituíveis.

Ainda no cenário internacional, vale mencionar que, além da própria sociedade estar mais exigente quanto aos padrões de excelência, os preceitos mundiais estão cada vez mais voltados para valores como ética e integridade, trazendo transformações relevantes para o cenário contábil brasileiro. Assim, o profissional da contabilidade deve renovar seu comprometimento com a verdade e a justiça social a cada dia, tendo em vista que sua responsabilidade é, acima de tudo e sempre, para com a sociedade, usuária das informações produzidas.





Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

É uma poderosa ferramenta para a construção e a consolidação da imagem da instituição, compreendendo desde a avaliação do que está sendo proposto, passando pelo diagnóstico do posicionamento da entidade até a definição das estratégias que combinem com diferentes meios de comunicação interna e externa.

Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores; bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reflitam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

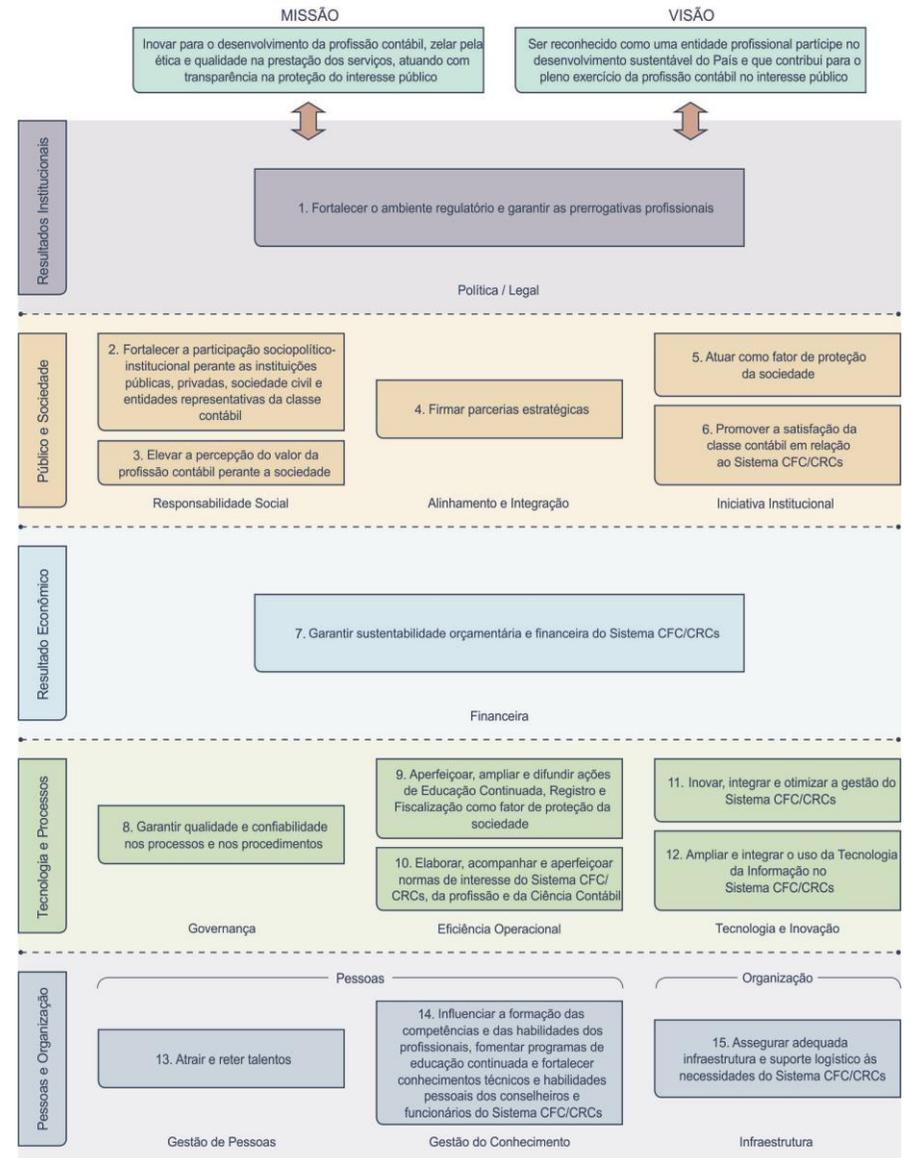
A nova **Missão** é inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

No que diz respeito à **Visão**, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Os **Valores**, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

O mapa estratégico, construído em 2018, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do Sistema CFC/CRCs e relaciona as 15 metas definidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em 5 perspectivas estratégicas: Resultados Institucionais; Público e Sociedade; Resultados Econômicos; Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Componentes do Planejamento Estratégico

Missão

Promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços, realizando o registro e a fiscalização de profissionais e organizações contábeis, atuando como fator de proteção da sociedade.

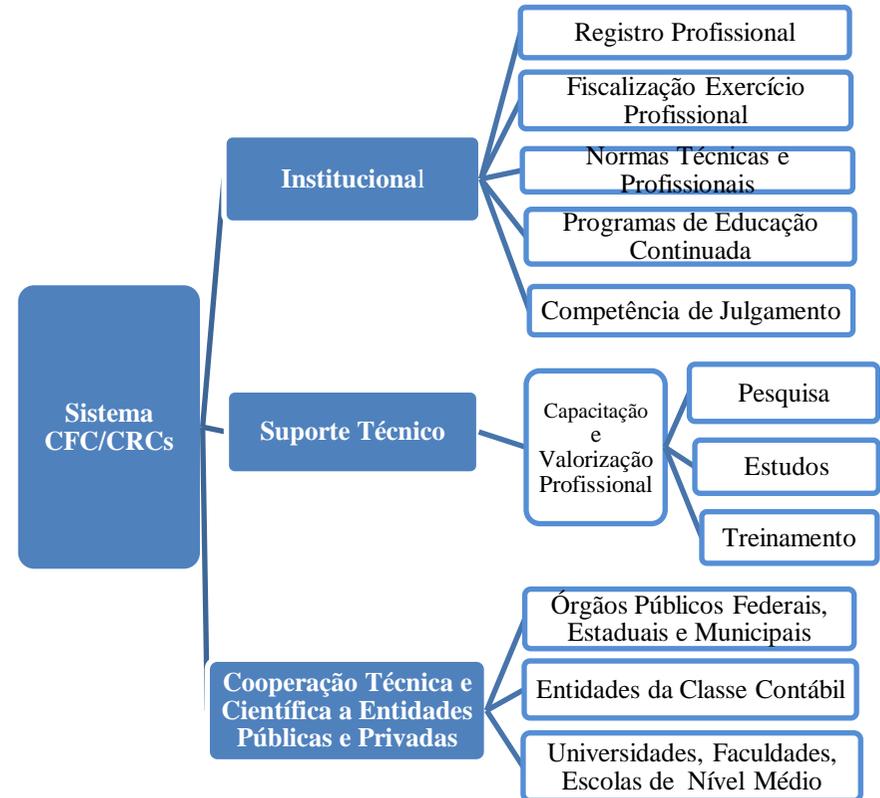
Visão

Ser referência nacional e internacional como órgão de profissão regulamentada, politicamente articulado e formador de opinião em questões socioeconômicas, tributárias, técnicas e organizacionais, consolidando a profissão contábil como fator de proteção da sociedade.

O CFC concentrou esforços em conjunto com os CRCs na construção do seu Planejamento Estratégico, com a missão de promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços à classe contábil e à sociedade.

Contemplando os anseios da classe contábil e na busca da melhoria contínua, em 2007, o Sistema CFC/CRCs, por meio de seus presidentes e diretores, uniu-se para discutir os objetivos estratégicos e refletir sobre os rumos organizacionais, procurando realinhá-los na busca da convergência de todos os Conselhos de Contabilidade, a fim de traçar e unificar o seu Planejamento Estratégico. O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs foi validado em 2007, com metas a serem alcançadas até o ano de 2017. A partir de então, todos os programas, projetos ou atividades passaram a ser concebidos pelos Conselhos de Contabilidade para atender a sua visão de futuro.

Áreas de Atuação do Sistema CFC/CRCs



Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

- Os objetivos estratégicos do CRCAP para o Período: 2017-2018 estão organizados nas seguintes perspectivas, a saber:
 - Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe
 - Fortalecer a imagem do sistema CFC/CRCs e da profissão contábil perante a sociedade
 - Atuar como fator de proteção da sociedade.
 - Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CRCAP
 - Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos
 - Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade
 - Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CRCAP
 - Atrair e reter talentos
 - Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada.
 - Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRCAP

O Planejamento Estratégico do CRCAP prevê a consolidação da visão traçada até o ano de 2018. Durante esse período de dez anos, estão sendo realizadas atividades de acompanhamento e de avaliação das metas descritas para ajustes e adaptação à realidade, em função de fatores intervenientes de caráter interno e externo.

Toda ação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá é estruturada em programas, subprogramas e projetos/atividades, inseridos no Plano de Trabalho, de forma a contribuir para o alcance dos Objetivos Estratégicos, com execução pela administração durante cada exercício.

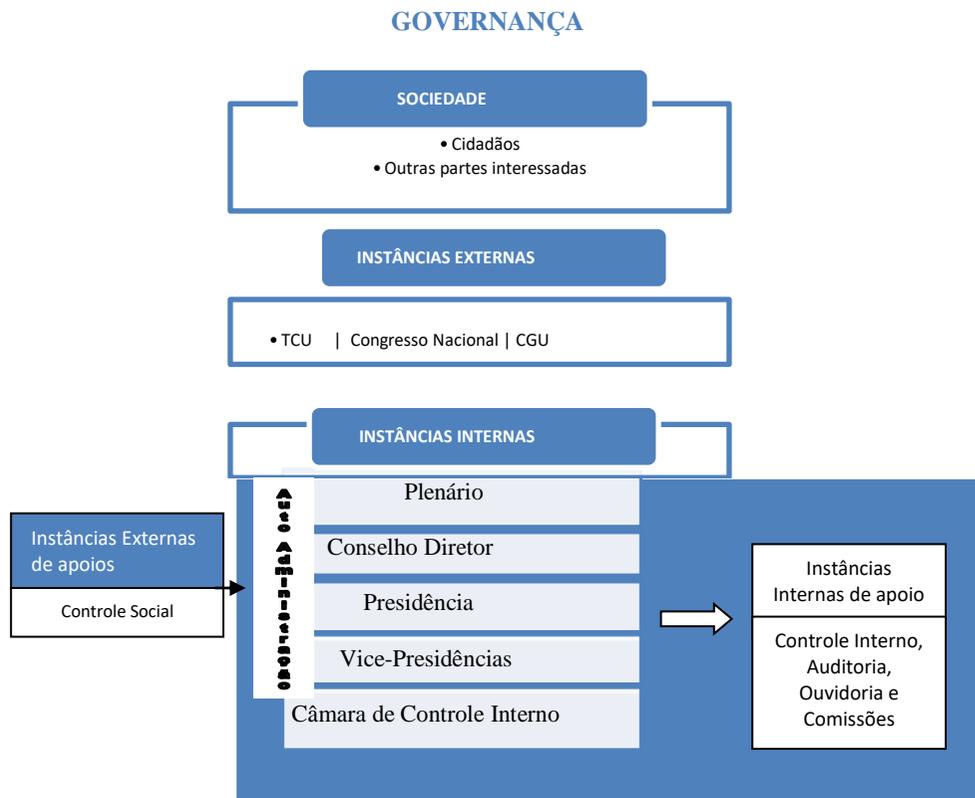
Em linhas gerais, essa estruturação visa aumentar a eficiência na administração do CRC-AP e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados em prol da classe contábil, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos.

Dessa forma, o Plano de Trabalho utilizado pelo CRC-AP é constituído por programas, projetos, atividades, ações e metas a serem alcançados pela administração, com o objetivo de instituir um conjunto de ações específicas que necessitam ser desenvolvidas e realizadas, além de definir os meios para obtenção dos resultados pretendidos, devendo estar representado dentro do orçamento de forma compatível, de acordo com a sua aplicabilidade.

Estrutura de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549, aprovada em 20 de setembro de 2018.

No CRCAP, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Organização do CFC

Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara de Assuntos Administrativos

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas
- Grupos de Trabalho
- Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência Administrativa
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional

Composição do Conselho Diretor

Contador EMILIO SÉRGIO DE OLIVERIA DOS SANTOS - Presidente
Contadora LUCÉLIA ARAÚJO QUARESMA - Vice Presidente Administrativa
Contador NAIR MOTA DIAS - Vice-Presidente de Registro
Contadora LIELBE ARAUJO DA SILVA - Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contador TANUBIA NEUZA DE OLIVEIRA BARBOSA - Vice-Presidente de Controle Interno
Contador LUCIA CLAUDIA ALVES CHAVES - Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CRCAP para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo Sistema CRCAP. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCAP.

Criada em 2014, funciona das 8h às 12h e 14h às 18h00, de segunda a sexta-feira. Os usuários do serviço são os profissionais da contabilidade, organizações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e sociedade em geral.



Tipo de manifestação



- Informação
- Solicitação
- Reclamação
- Sugestão
- Reclamação
- Denúncia

Portal da Transparência e e-SIC

Em uma cultura de transparência e em cumprimento à legislação, o CRCAP mantém disponível o “Portal da Transparência e Acesso à Informação” e o “Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão”.



Carta de Serviços ao Usuário

Aprovada por meio da Resolução CFC nº 1.529/2017, a Carta de Serviços ao Usuário do CFC tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CRCAP.

A Carta de Serviços está estruturada em seis capítulos:

Capítulo 1 – Sobre o CRCAP.

Apresenta um breve resumo sobre a criação e finalidade do CRCAP.

Capítulo 2 – Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

Apresenta a missão, visão, valores e mapa estratégico do Sistema CFC/CRCs.

Capítulo 3 – Canais de Atendimento ao Usuário.

Lista as formas de comunicação com o CRCAP.

Capítulo 4 – Compromisso com o Atendimento.

Aborda os padrões de qualidade para o atendimento ao usuário.

Capítulo 5 – Serviços Oferecidos.

Apresenta os serviços prestados pelo CRCAP e as formas de acesso a esses serviços.

Capítulo 6 – Conselhos Regionais de Contabilidade.

Lista os contatos de todos os Conselhos Regionais de Contabilidade.

O documento passará por atualização periódica, conforme a necessidade verificada no monitoramento das atividades e na avaliação do cidadão e da sociedade em relação aos serviços.

Pesquisas de satisfação

As pesquisas serão abordadas no Capítulo IV – Resultados da Gestão.



Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

O CRCAP tem como objetivo assegurar condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, conforme a legislação vigente, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na entidade.

Para cumprir seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, o CRCAP adota as seguintes ações:

Piso tátil nas calçadas externas do edifício CRCAP para oferecer segurança aos deficientes visuais.



Banheiros adaptados com barras de apoio em todos os andares do edifício.





Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo integrado de Controle Interno no CFC objetiva atender as diretrizes estratégicas; avaliar a execução ética, economicamente eficiente e eficaz das operações; assegurar a conformidade das práticas; buscar a proteção do patrimônio e a salvaguarda dos recursos.

Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos do CRCAP será implementada no ano de 2019 respectivamente, definirá os princípios, as diretrizes, a metodologia e o detalhamento dos procedimentos de gerenciamento de riscos da entidade. Com a finalidade de orientar e subsidiar a implantação da gestão de riscos nos principais processos e atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais do CRCAP, o Plano de Gestão de Riscos detalhará a metodologia, os conceitos, os papéis e as responsabilidades dos envolvidos, assim como estabelecer o processo de classificação, avaliação, adoção de respostas e monitoramento aos eventos de riscos identificados.

Natureza de risco	Categoria do risco
Não orçamentário Financeiro	Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CRCAP.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
Orçamentário Financeiro	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCAP em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CRCAP, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
Orçamentário Financeiro	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CRCAP de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Mapeamento dos Riscos	Identificação de Riscos	Identificação de Riscos	Priorização de Riscos	Análise de Riscos	Tratamento dos Riscos	Contexto de Riscos	Avaliação de Riscos	Monitoramento	Comunicação
-----------------------	-------------------------	-------------------------	-----------------------	-------------------	-----------------------	--------------------	---------------------	---------------	-------------

Plenário	<ul style="list-style-type: none"> aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações.
Conselho Diretor	<ul style="list-style-type: none"> propor ao Plenário do CRCAP a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos; acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos.
Presidência	<ul style="list-style-type: none"> definir a Política de Gestão de Riscos; avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos; definir o apetite a risco do CRCAP; aprovar a indicação dos gestores de riscos.
Diretoria Executiva	<ul style="list-style-type: none"> gerenciar a implementação da gestão de riscos; definir os processos prioritários para a gestão de riscos; comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos; dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais; orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão.
Comitê de Gestão de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCAP; assessorar a alta direção; comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos. recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCAP; tratar os casos omissos e as excepcionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCAP estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos. realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas. orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos. elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos
Gestores de áreas	<ul style="list-style-type: none"> sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos; monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área; validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos; monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área; comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos.
Gestores dos Riscos	<ul style="list-style-type: none"> executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade; comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

Respostas para tratamento dos riscos

- Evitar o risco: quando se decide por não iniciar ou continuar a ação que promove o risco ou, ainda, eliminar a fonte do risco.
- Aceitar o risco: quando nenhuma ação específica é tomada, seja porque o nível do risco é considerado baixo e tolerável pelo CRCAP, seja porque a capacidade para tratá-lo ou é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.
- Mitigar o risco: consiste na redução do impacto ou da probabilidade de ocorrência do risco.
- Compartilhar o risco: consiste na transferência de uma parte do risco a terceiros.

Selecionada a resposta mais adequada para tratamento dos riscos, a fase seguinte será a de elaborar um plano de ação documentando como a resposta será implementada, que deverá considerar:

- A eficácia das ações já existentes;
- As restrições organizacionais, técnicas e estruturais;
- Os requisitos legais;
- A análise custo/benefício;
- As ações a serem realizadas;
- As prioridades;
- O cronograma de execução.

Gestão e controle de demandas judiciais

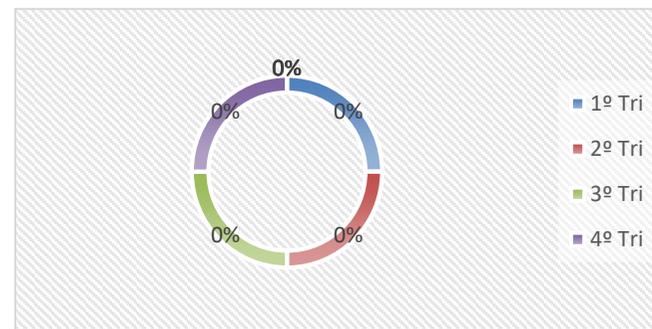
A Assessoria Jurídica do CRCAP realiza a gestão das demandas judiciais por meio da utilização através de consulta ao sistema da justiça federal, trabalho e justiça comum, para acompanhar a movimentação prazos e publicações de processos de interesse do CRCAP.

Da mesma forma é realizada consultas breves de possíveis ações que demonstrem a possibilidade de impacto econômico do CRCAP

No que tange à aferição das chances de perda de ações pelo CRCAP, são analisados três elementos basicamente: jurisprudência sobre o tema da ação; existência, no curso, de decisão concedendo tutela de urgência ou antecipação de tutela; e risco de dano econômico em projeção, considerando eventuais ações futuras ou demandas envolvendo direitos difusos ou coletivos.

Cabe ressaltar que a avaliação realizada pela Assessoria Jurídica tem o intuito de demonstrar a tendência do julgamento e não um indicativo preciso da posição que será adotada pelo Judiciário em cada caso.

Ações trabalhistas contra a entidade



No ano de 2018 não houve nenhuma ação trabalhista em desfavor do CRCAP.

Infrações Administrativas no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência do Amapá procedente de débito de FGTS.

Contabilizado uma perda estimada no valor de **R\$ 12.443,72**, cumpre esclarecer que essas infrações de âmbito administrativo, estão em fase de recurso no Ministério do Trabalho.



Resultados da Gestão

RESULTADO DE GESTÃO

CRCAP adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema Gerencial de Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

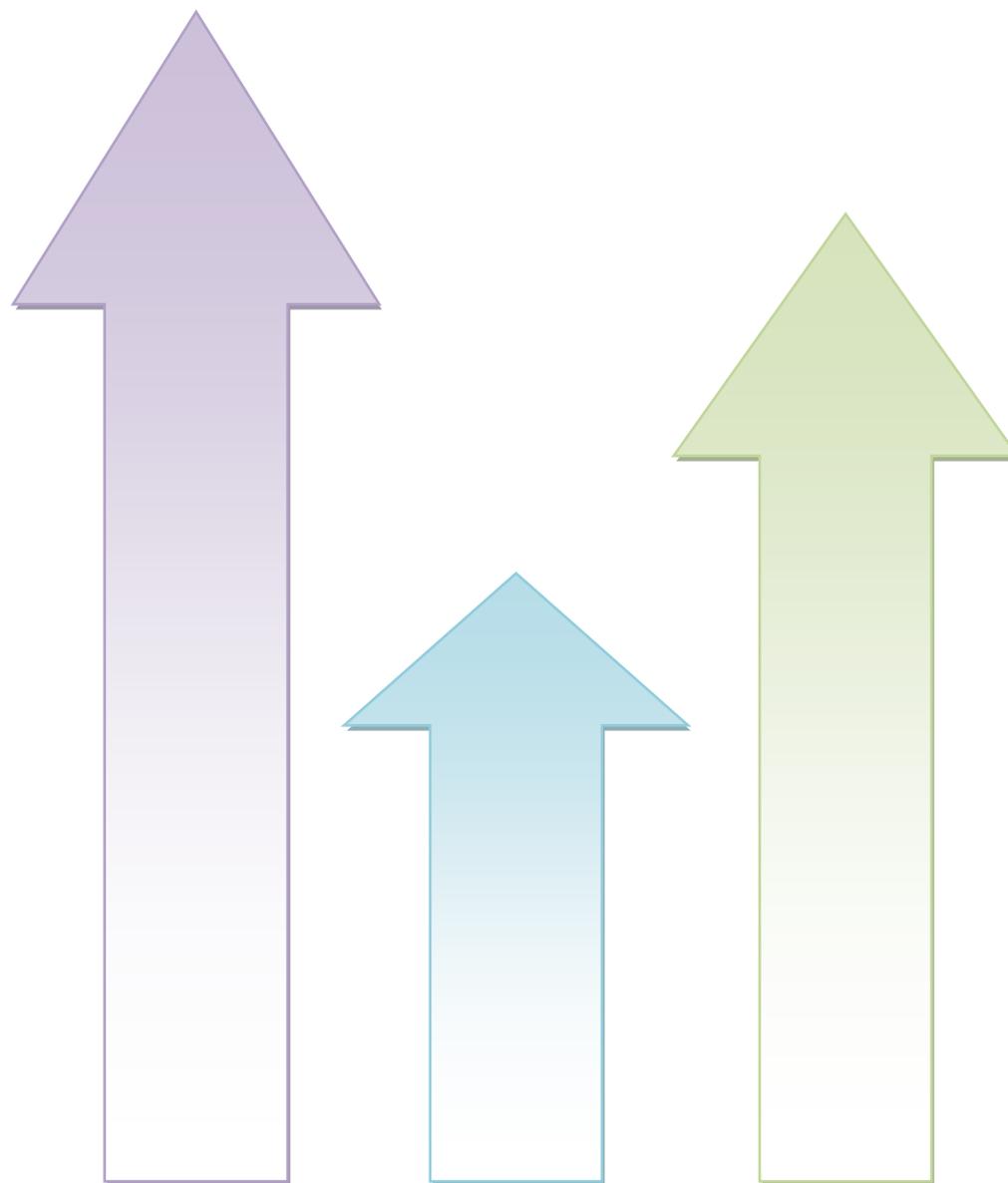
O outro instrumento empregado é o Sistema Gerencial de Indicadores, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual.

Os indicadores são uma relação matemática que mede, numericamente, os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CRCAP tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCAP vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018/2027.

A seguir, para cada objetivo estratégico, é apresentada uma análise sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT, investimento total, prioridades estabelecidas e desafios e riscos.



Objetivo estratégico 2

Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento com entidades internacionais
- Relacionamento Institucional



26.000,00 Investimento total

Indicadores

Relacionamento sociopolítico-institucional (medido pelo número de visitas do presidente, de vice-presidentes e de conselheiros a parlamentares, a ministros e à Presidência da República e destes à sede do CFC/CRCs ou a outras dependências estabelecidas)

Objetivo: Avaliar o número de visitas dos representantes do Conselho às autoridades públicas e destas à sede do CRCAP ou a outras dependências estabelecidas.

Embora a gestão 2018/2019 do CRCAP tenha adotado novas diretrizes de representação político-institucional, as políticas de governo em ano eleitoral impactaram o atingimento da meta estabelecida. De qualquer forma, destaca-se o empenho do CRC-AP em manter contato com autoridades públicas com o propósito de discutir sobre temas atuais e as tendências mundiais da Contabilidade.

Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades

Objetivo: Avaliar a participação dos CRC-AP em eventos de outras entidades.



Meta atingida

Meta 5 Resultado 6

Posicionamento público do CRCAP sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade

Objetivo: Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos públicos referentes ao CRCAP na mídia.



Meta atingida

Meta 2 Resultado 4

Considera-se o resultado satisfatório, uma vez que o CRCAP ainda não possui contrato de assessoria de imprensa, que permitiria à entidade ter mais destaque na mídia. Mesmo assim, diversos veículos de comunicação procuram o CRCAP como fonte para assuntos relacionados à contabilidade, impostos, tributação, entre outros.

Prioridades estabelecidas

Recepcionar todos os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis disponibilizados pelo MEC para análise e julgamento do CRCAP;

Desafios e riscos futuros

Ter maior destaque na mídia e ser uma fonte reconhecida pela imprensa para assuntos relacionados à contabilidade, impostos, tributação, entre outros;

Tornar o Amapá estado referência como entidade reguladora e modelo a ser seguido quanto à adoção de padrões e normas de contabilidade em todas as áreas das Ciências Contábeis, bem como voz ativa no processo de elaboração das Normas Internacionais.

Objetivo estratégico 3

Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Vínculo com a cadeia de valor
Governança, Gestão de Riscos e Compliance

Indicadores

Índice de avaliação da profissão contábil perante a sociedade (pesquisa)

Objetivo: Avaliar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.

Meta atingida



Meta **70%** Resultado **87,63%**

Em 2018, 915 pessoas responderam à pesquisa que ficou disponível no site do CRC-AP e que também foi divulgada por meio da imprensa. O resultado demonstra o reconhecimento da sociedade em relação à importância e qualidade do serviço prestado, bem como o nível de conhecimento do profissional da contabilidade. É importante destacar que o CRC-AP irá implementar novas ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante a sociedade e para aumentar o nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais.

Principais projetos e ações

Comunicação Institucional

Objetivo: Difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos do Sistema CFC/CRCs, alinhados ao planejamento estratégico da entidade, de modo a torná-los públicos.

Prioridades estabelecidas

Tratamento do resultado das pesquisas de satisfação;
Apresentar à classe contábil e à sociedade a atuação do CRCAP;
Contratação de profissional especializado em mídias sociais e no atendimento à imprensa;

Desafios e riscos futuros

Implementar ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante a sociedade e para aumentar o nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais;

Elaboração da Política de Comunicação para o Sistema CFC/CRCs, do Plano de Comunicação para o CFC e do Manual de Comunicação;

Elaboração de projeto para fomentar as ferramentas de comunicação interna (divulgação da informação, conscientização dos colaboradores e estímulo à comunicação);

Lançar programa do CRC-AP na IGTV;

Realização de processo licitatório para a contratação de Assessoria de Imprensa, de Agência de Publicidade e de ferramenta de monitoramento das redes sociais.

Objetivo estratégico 4

Firmar parcerias estratégicas

Vínculo com a cadeia de valor

Relacionamento com entidades nacionais
Relacionamento Institucional

Meta atingida



Meta **50%** Resultado **75,00%**

Objetivo: Avaliar a variação % de parcerias firmadas durante o ano entre o CRC-AP e outras entidades/organizações.

Em 2018, foram firmadas 04 parcerias com diversas entidades. Esse resultado demonstra o trabalho efetivo do CRC-AP em ampliar suas ações de articulação com parceiros estratégicos visando aumentar a sua capacidade de atuação e promover a valorização da profissão e dos profissionais da contabilidade, contribuindo para desenvolvimento socioeconômico do País.

Indicadores

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional - Parcerias Estratégicas

Objetivo: Firmar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

Prioridades estabelecidas

Promover e aprimorar as atribuições institucionais, por meio de ações integradas, de apoio mútuo e intercâmbio de informações e experiências.

Desafios e riscos futuros

Manter e/ou desenvolver novas ações em conjunto com as entidades parceiras no próximo ano, de modo a maximizar os objetivos propostos por cada termo e propiciar o engajamento, participação e desenvolvimento da profissão contábil.
Buscar celebrar, no mínimo, 5 novas parcerias para 2019.

Objetivo estratégico 5

Atuar como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

Indicadores
Ética na profissão.



Meta não atingida

Meta 50% Resultado 0,00%

Objetivo: avaliar o % de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação número de processos julgados no exercício corrente.

Não foram julgados processos em grau de recurso, devido estarmos sem contador fiscal no nosso quadro de pessoal no ano de 2018.

Indicadores
Índice de controle social.

Objetivo: Avaliar o % de profissionais registrados participando em programas de voluntariado.



Meta atingida

Meta 1% Resultado 8,08%

Objetivo: avaliar o % de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação número de processos julgados no exercício corrente.

59 Profissionais da contabilidade cadastrados como voluntários no PVCC

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

Objetivo: Comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e possibilitar aos bacharéis que forem aprovados a obtenção do registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC-AP), uma vez que a aprovação em Exame de Suficiência é exigência definida na Lei n.º 12.249/10.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Objetivo: Acompanhar a adoção dos procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na Resolução CFC n.º 1.445/13, que tem por finalidade estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

O Sistema CRC-AP, com o intuito de manter a correta aplicação da legislação, desenvolveu ações de divulgação e acompanhamento com os profissionais da contabilidade quanto aos procedimentos a serem realizados, de modo a atuar como fator de proteção da sociedade, auxiliando na prevenção e combate ao terrorismo, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, por meio do aumento dos controles.

Reuniões Regimentais

Objetivo: Assegurar o cumprimento das prerrogativas institucionais do Sistema CRC-AP, por meio de reuniões Plenárias, do Conselho Diretor e das Câmaras.

Além disso, nas reuniões regimentais foram homologadas as decisões das reuniões de Câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Exame de Qualificação Técnica

Objetivo: Estimular o aperfeiçoamento do profissional de contabilidade na execução de trabalho a ser desenvolvido na área de auditoria independente e perícia contábil.

Nos termos da NBC PA 13 e NBC PP 02, foram realizadas, em 2018, a 18ª edição do Exame de Qualificação Técnica – Auditoria e 2ª edição do Exame de Qualificação Técnica – Perícia.

Os profissionais aprovados foram incluídos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) e devem cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada.

Prioridades estabelecidas

- Segurança e sigilo em todas as etapas dos Exames.
- Cumprimento dos prazos previstos no Edital.

Objetivo estratégico 6

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Regulação da conduta do profissional e da Técnica Contábil
- Gestão da Educação Continuada

Indicadores

Grau de satisfação dos profissionais da contabilidade

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo CRCAP.

Meta atingida



Meta **70%**

Resultado **61,34%**

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE - 2018				
Conselho	Quant. de profissionais	Formulários respondidos	%	Indicador 9 (resultado final)
AP - Amapá	1.537	44	2,86	61,34

Em 2018, 44 profissionais da contabilidade responderam à pesquisa que foi enviada aos mais de 1.537 mil profissionais registrados e disponibilizada no site, no boletim eletrônico e nas redes sociais do CFC. Por meio dos resultados, o CRCAP pretende programar ações para contribuir com a melhoria dos serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade. Vale ressaltar que, ao longo do exercício, o CRCAP veio intensificando a divulgação dos programas, projetos e ações desenvolvidos por meio de seus canais de comunicação.

Principais projetos e ações

Ampliação e Modernização do Acervo Bibliográfico

Objetivo: Promover a disseminação da informação por meio de um acervo bem constituído, atualizado e relevante, com livros e outros materiais das áreas contábil e afins para atender aos estudantes, profissionais da contabilidade e público interno.

Prioridades estabelecidas

Todos os serviços prestados pelo CRC-AP têm como foco a satisfação da classe contábil;

Revisar os formulários e a metodologia de aplicação das pesquisas de satisfação do CRC-AP, tendo em vista a necessidade de avaliar os serviços prestados conforme a Lei nº 13.460/2017, bem como melhorar os questionários e a forma de aplicação das pesquisas;

Manter um acervo atualizado e abrangente e primar pelo compartilhamento da informação e divulgação da base de dados da Biblioteca do CRC-AP.

Desafios e riscos futuros

- Aumentar o número de consultas via o terminal web da Biblioteca.
- Realização de processos licitatórios para aquisição de novos exemplares.
- Alcançar a meta de contentamento em relação à pesquisa de satisfação aplicada aos profissionais da contabilidade

Objetivo estratégico 7

Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Gestão de arrecadação de recursos

R\$ 160.100,00 Investimento total

Indicadores

Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)

Objetivo: Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.



Meta não atingida

Meta 1% Resultado -11,50%

A receita proveniente das anuidades referentes ao exercício de 2018 foi, aproximadamente, 1% menor quando comparada ao exercício de 2017. Dentre os fatores determinantes para esse cenário, destacam-se o não reajuste do valor da anuidade; o alto índice de inadimplência provocado pela crise econômica vivenciada pelo País; e a redução de cerca de 5 mil profissionais registrados.

Índice de despesas com pessoal

Objetivo: Avaliar o percentual da despesa de pessoal e encargos em relação ao total da Receita Líquida.



Meta não atingida

Meta até 60% Resultado 0%

Foi convencionado que o CRC-AP tem como limite de gastos com pessoal o percentual de 40% da receita líquida. Em 2018, foram gastos R\$ 464.654,30 com despesa de pessoal, obtendo assim um resultado abaixo da meta fixada, cenário esse que garante a sustentabilidade e a manutenção do efetivo necessário para conservação da qualidade das atividades realizadas.

Índice dos custos com a estrutura

Objetivo: Avaliar o percentual de custos gerais sobre a estrutura.



Meta não atingida

Meta até 33% Resultado 70,01%

No ano de 2018, tendo em vista que a receita teve um desempenho menor do que o esperado, a meta para esse indicador foi ultrapassada em 3%, ficando em R\$ 747.736,80 o total de custos gerais.

Principais projetos e ações

Acompanhamento e Assessoramento ao Setor de Cobrança do CRCAP

Objetivo: Reduzir o índice de inadimplência no Conselho Regional de Contabilidade do Amapá.

Resultados:

O Setor de Cobrança realizou divulgação no site da instituição das anuidades com acesso a impressão de boletos para facilitar aos profissionais. Realizou também ligações, envio de e-mail e correspondências aos profissionais inadimplentes. Movimentação dos processos de cobrança ajuizados.

Prioridades Estabelecidas:

Diminuir de forma considerável a inadimplência de profissionais e organizações contábeis no CRC Amapá.

Foram revisados e reformulados os normativos que tratam das normas e procedimentos de cobrança com as seguintes publicações: Resolução CFC n.º 1.545/2018, que fixa as diretrizes de cobrança do CRCAP, e Resolução CFC n.º 1.546/2018, que estabelece critérios para concessão de parcelamento de créditos de exercícios encerrados, de transação, de remissão e de isenção pelos CRCAP. Destaca-se que entre as providências estão o aumento da porcentagem de desconto sobre multa e juros e a admissão da utilização de meios eletrônicos de pagamentos (cartão de crédito e de débito). Essa atualização dos normativos permitiu obter mecanismos mais eficazes na negociação dos débitos pelos colaboradores dos Conselhos, referente à recuperação de créditos e redução dos índices de inadimplência, buscando o aumento da arrecadação do CRCAP.

Prioridades estabelecidas

Obter do CRC-AP menor índice de inadimplência;

Atualizar os atos normativos de cobrança editados em 2010 e 2011 com a finalidade de modernizar e adaptar os procedimentos às regras legais para cobrança administrativa e de execução judicial.

Desafios e riscos futuros

Manter a inadimplência no menor patamar possível e aumentar a arrecadação;

Enfrentar a crise econômica, uma vez que ela trouxe dificuldades aos profissionais e às organizações contábeis de saldarem suas dívidas.

Objetivo estratégico 8

Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Indicadores

Tempo médio de julgamento de processos de registro

Objetivo: Avaliar o tempo dos processos julgados dentro do prazo

Meta atingida 
Meta **90%** Resultado **82,95%**

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização

Objetivo: Avaliar o tempo dos processos julgados dentro do prazo

Meta não atingida 
Meta **50%** Resultado **0%**

Prioridades estabelecidas

Realizar a avaliação de todos os processos constantes na programação e avaliar na previsão e no planejamento específico.

Desafios e riscos futuros

Adotar a matriz na seleção da amostragem do planejamento dos processos em julgamentos; informatizar todas as fases, correspondentes ao planejamento, execução, controle e acompanhamento; e alcançar todas as áreas de atividade fim do Sistema CRC-AP.

Objetivo estratégico 9:

Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
Gestão da Educação Continuada

R\$ 72.937,00 Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral

Objetivo: Avaliar a variação percentual do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício.

Meta não atingida 
Meta **50** Resultado **0%**

A utilização do Sistema de Fiscalização Eletrônica e a celebração de convênios pelo Conselho de Contabilidade, como forma de fiscalização indireta, são ferramentas importantes que auxiliam no desenvolvimento de ações mais efetivas da fiscalização e propiciaram o crescimento significativo das ações em combate às irregularidades. devido estarmos sem contador fiscal no nosso quadro de pessoal no ano de 2018 não alcançamos a meta desejada.

Índice de evolução de registros profissionais ativos

Objetivo: Avaliar o percentual de crescimento dos registros profissionais ativos.

Meta atingida 
Meta **1%** Resultado **3,01%**

A evolução no número de registros profissionais no CRC-AP se deu principalmente em consequência do crescimento do mercado de trabalho, os profissionais aprovados nas edições do Exame de Suficiência que solicitaram Registros no Conselho Regional de Contabilidade do Amapá.

Investimentos em Desenvolvimento Profissional – Per Capita

Objetivo: Avaliar o valor investido no Programa de Educação Continuada por profissional da contabilidade

Meta atingida 

Meta **50%** Resultado **97,73**

Principais projetos e ações

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Registro dos CRCAP

Objetivo: Oferecer assessoramento à câmara e do setor de registro do Conselho Regional de Contabilidade, adotando ações que possam ser traduzidas em maior eficiência e eficácia no resultado das atividades, especialmente as relacionadas à instrução, tramitação e julgamento de processos.

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCAP

Objetivo: Desenvolver ações visando garantir que a fiscalização do CRCAP seja exercida com abrangência e uniformidade necessárias.

Não realizou-se acompanhamento para o cumprimento das metas de fiscalização, apuração de denúncias e julgamento de processos.

Promover a Educação Continuada - Encontros/Seminários/Fóruns/Jornadas

Objetivo: Oferecer à classe contábil a oportunidade de debater e refletir sobre os assuntos específicos, aprimorando os conhecimentos dos profissionais de contabilidade no exercício de suas atividades.

UF	2018	
	EVENTOS PREVISTOS	PONTUAÇÃO EPC
AP	Palestra: Aspectos Práticos e Mudanças do Simples Nacional 2018	Não

Café da Mulher Contabilista – Talk Show com Profissionais Contadoras	Não
Palestra: Contrato de Prestação de Serviços Contábeis e Termo de Responsabilidade Técnica	Não
Palestra: E-social	Não
8ª Encontro dos Contabilistas, Empresários e Acadêmicos de Ciências Contábeis do Amapá – Tema: Disrupção & Compliance – seus impactos na gestão e na contabilidade	Não
V Fórum da Mulher Contabilista	Não
Curso: Processo de Contas de Gestão da Administração Pública	Sim
Seminário sobre Prestação de Contas Eleitorais - Tema: Eleições 2018 - Financiamento de Campanhas e Prestação de Contas	Não
Curso: Perícia Financeira	Sim
Treinamento: Utilização do SPCE (Sistema Prestação de Contas Eleitorais) - Cadastro nas Eleições 2018	Não
Palestra: Aspectos Práticos da Substituição do ISS a luz da Lei nº 110/2014 - CTM	Não
Curso de Imersão CASP: Módulo I - Orçamento Aplicado ao Setor Público	Não
III Encontro de Integração dos Contadores do Amapá	Não
Curso de Imersão CASP: Módulo II - Execução Orçamentária e Financeira	Não
XVIII Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá	Não
Curso de Imersão CASP: Módulo III – Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Não
Seminário eSocial: implantação (práticas e dúvidas)	Não
Curso de Imersão CASP: Módulo IV – Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público	Não
Curso Prático de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Módulo I	Não
Curso Prático de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Módulo II	Não

Prioridades estabelecidas

Materializar o relatório analisado pelo CFC, de forma didática, de modo a expressar todos os processos que são analisados, visando à melhoria das ações atribuídas à área de Registro dos Conselhos Regionais de Contabilidade;

Cumprir as metas de fiscalização e o julgamento de processos em primeira e segunda instância;

Realizar os eventos de interesse da classe contábil, previstos nos Termos de Cooperações Técnicas.

Desafios e riscos futuros

Conscientizar o CRC-AP quanto a utilização das normas e orientações estabelecidas pelo CFC durante a instrução processual dos pedidos de registro;

Melhorar a formação do fiscal do CRC-AP.

Intensificar treinamentos e orientações para fiscais e conselheiros dos fiscais do CRC-AP.

Realizar melhorias dos sistemas de informática para controle das fiscalizações, denúncias e trâmite processual dos processos de fiscalização;

Promover atualizações no sistema de eventos, assim como dar apoio técnico aos usuários e aos eventos;

Objetivo estratégico 11:

Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*

Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade

Sustentabilidade

Indicadores

Grau de eficiência orçamentária

Objetivo: Avaliar o percentual da execução da despesa em relação à realização da receita.

Meta atingida



Meta até **90%** Resultado **100%**

Em 2018, essa relação entre despesa e receita ultrapassou em 19,6% a meta estabelecida devido à receita ter sido maior do que a prevista em aproximadamente R\$ 147.154,61. É importante mencionar que, mesmo não executando toda a despesa prevista, foi possível alcançar o resultado esperado.

Grau de implementação da inovação

Objetivo: Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.



Meta não atingida

Meta **50%** Resultado **25%**

Principais projetos e ações

Seminários e Reuniões Voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

Objetivo: Promover reuniões/seminários de presidências, vice-presidências, diretorias, chefes

Prioridades estabelecidas

Aprovação do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para os próximos dez anos (2018/2027).

Capacitação dos Presidentes e Vice-presidentes em função do início da nova gestão.

Desafios e riscos futuros

Implementar e cumprir os objetivos do Planejamento Estratégico aprovado para os próximos dez anos;

Realizar seminário para tratar, especificamente, sobre a elaboração do relatório de gestão no formato de relato integrado

Objetivo estratégico 12

Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs.

R\$ 46.650,00 Investimento total

Indicadores

Índice de capacitação de usuários em tecnologia

Objetivo: Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados utilizados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Meta atingida 

Meta **4 horas** Resultado **8,66 horas**

O plano de capacitação de usuário da tecnologia da informação insere-se no Plano Anual de Treinamento do CRC-AP que, em 2018, priorizou ações alinhadas à diretriz estratégica para ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs, predominando os treinamentos para atender a implantação do Sistema SEI.

Principais projetos e ações

Tecnologia da Informação

Objetivo: Contratação de empresas terceirizadas de informática para o fornecimento de serviços especializados, bem como para atuar na segurança da informação.

Resultados:

Em 2018, foram investidos R\$ 22.980,00 na contratação de serviços de informática, entre os quais: Link de internet dedicado; hospedagem de site; *backup* externo; serviço técnico de administração e operação remota; licença de uso do sistema de gestão integrada; desenvolvimento, manutenção e evolução de sistemas; certificação digital; e acessibilidade em ambiente web para portadores de necessidades especiais.

Prioridades estabelecidas

Aquisições de equipamentos de informática, como a troca de 1/3 dos computadores e notebooks de funcionários do CRC-AP.

Desafios e riscos futuros

Continuação de desenvolvimento proprietário em regime de fábrica de *software* dos sistemas finalísticos de Arrecadação, Registro e Educação Profissional Continuada.

Objetivo estratégico 13

Atrair e reter talentos

Vínculo com a cadeia de valor

Governança, Gestão de Riscos e Compliance; Sustentabilidade.

R\$ 403.20,00 Investimento total

Indicadores

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional

Objetivo: Medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional.

Meta atingida 

Meta **70%** Resultado **79,96%**

Em 2018, 7 colaboradores responderam à pesquisa que revela a percepção dos funcionários do CRCAP em relação a condições físicas e ambientais, relacionamentos, satisfação funcional, ações sociais e comunicação interna.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS - 2018				
Conselho	Quant. de funcionários	Formulários respondidos	%	Indicador 27 (resultado final)
AP - Amapá	7	7	100,00	79,96

* A quantidade de funcionários foi retirada do Portal da Transparência e Acesso à Informação de cada CRC. Desde o exercício de 2014, início da apuração do indicador, o resultado geral da pesquisa atinge a meta fixada. Esse resultado reflete o empenho do CRCAP em atender, com eficiência, às demandas e às necessidades de seus colaboradores. Buscando o aperfeiçoamento contínuo, é desenvolvido pela área de Gestão de Pessoas o planejamento de ações para melhoria dos itens que apresentaram desempenho inferior.

Percentual de benefícios

Objetivo: Avaliar o percentual gasto com benefícios (pessoal e assistenciais) em relação à remuneração de pessoal e encargos patronais da folha de pagamento.

Meta não atingida 

Meta até 14% Resultado 0%

O CRC-AP oferece benefícios voltados à saúde e ao bem-estar de seus funcionários, tais como: plano de saúde, plano odontológico, auxílio alimentação, vale-transporte, treinamentos e licenças (acompanhamento médico, aniversário, casamento e falecimento). Dessa forma, o investimento realizado em 2018 perfaz 14% do total das despesas despendidas com pessoal, atingindo a meta estabelecida.

Taxa de desligamento

Objetivo: Avaliar o percentual da taxa de desligamento do quadro de funcionários.



Meta não atingida

Meta até 8% Resultado 0%

O resultado apurado não reflete a realidade do quadro funcional do CRC-AP, pois, durante o ano, devido à necessidade de manutenção de um quantitativo mínimo de estagiário, foi admitido uma em substituição daquele que foi desligado em razão do término do contrato de aprendizagem ou de pedido de desligamento. Se levamos em consideração apenas a real perda da força de trabalho, a taxa de desligamento seria de 3% e estaria dentro da meta esperada pelo CFC neste quesito.

Principais projetos e ações

Pessoal, Encargos e Benefícios

Objetivo: Calcular, controlar e efetuar o pagamento das despesas (salário, encargos e benefícios) relativas aos gastos com pessoal (funcionários, cargos em comissão, aprendizes e estagiários).

Resultados:

Em 2018, o orçamento para despesas com pessoal ficou em R\$ 464.654,30. Desse valor, o CRCAP realizou 62,14 % do planejado.

O gasto com pessoal teve um aumento de aproximadamente 9,72% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram a aprovação de um novo Plano de Cargos e Salários, no qual houve a reestruturação das tabelas salariais e criação de novas gratificações, com o intuito de desenvolver novas formas de valorização da força de trabalho do CRCAP; e o reajuste salarial de 8% aprovado na Reunião Plenária do mês de abril/2018.

Qualidade de Vida no Trabalho

Objetivo: Realizar exames ocupacionais com o objetivo de proporcionar redução no absenteísmo, avaliar aptidões físicas e mentais, além de evitar as implicações legais pelo não cumprimento. Proporcionar ginástica laboral a todos os funcionários com vistas a reduzir e prevenir doenças ocupacionais, por meio de exercícios específicos, de forma a obter melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Prioridades estabelecidas

Realizar o pagamento dos salários, das férias e dos benefícios no dia estabelecido, sem atrasos.

Desafios e riscos futuros

Adequação das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. A ferramenta, denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do e-Social em janeiro de 2020. O CRC-AP deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Como forma de investimento em uma fiscalização preventiva e orientativa, o CRCAP capacita os seus conselheiros, que atuarão em seus estados como multiplicadores de conhecimento, por meio de participação em eventos/cursos/workshops.

Percentual de treinamentos realizados para funcionários atenderem às competências definidas

Objetivo: Avaliar o percentual de realização do plano anual de treinamento para os funcionários.



Meta atingida

Meta 50% Resultado 100%

O CFC tem investido em atividades de treinamento, desenvolvimento e educação dos funcionários deste CRCAP, por entender que a educação continuada, a profissionalização e o autodesenvolvimento são fatores essenciais à promoção de mudanças permanentes.

Principais projetos e ações

Educação Continuada – Auditores e demais profissionais obrigados

Objetivo: Definir ações para o desenvolvimento, viabilização, controle e fiscalização do programa de educação profissional continuada.

Resultados:

Conforme disposto na NBC PG 12 (R3), a Comissão de Educação Profissional Continuada CEPC-CFC realizou seis reuniões durante o exercício de 2018, resultando na análise dos seguintes processos:

Objetivo estratégico 14:

Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

Gestão da Educação Continuada

R\$ 29.000,00 Investimento total

Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação - Educação Continuada

Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada.

Meta atingida 

Meta **25%** Resultado **39,23%**

O CRCAP tem primado, ao longo do tempo, pela política de excelência educacional. Cada vez mais arrojada, essa política busca contribuir para que os profissionais sejam mais capacitados e sintonizados com as mudanças na profissão. No exercício de 2018, o CRCAP realizou:

No ano de 2018 participaram das capacitações do CRCAP **1.704** participantes, desses **605** foram profissionais da contabilidade.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.

Objetivo: Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc.) promovidos pelo CFC..

Meta atingida



Meta **80%** Resultado **97,27%**

O resultado representa o cumprimento por parte da entidade de seu papel institucional de fomentar a educação continuada no Amapá de forma efetiva, garantido qualidade e excelência. O CRCAP entrega à sociedade profissionais capacitados para atuarem de forma responsável e realiza a fiscalização preventiva. Assim, o Sistema leva, primeiramente, conhecimento aos profissionais da contabilidade antes de atuar na sua punição.

Objetivo: Avaliar o tempo médio de capacitação dos Conselheiros Efetivos.

Meta atingida



Meta **10** Resultado **21**

Desafios e riscos futuros

Implementação de novo Sistema Web para o Programa EPC;
Publicação dos relatórios de revisão.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

DECLARAÇÃO DA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA, LUCÉLIA QUARESMA



logístico em parceria com o Controle Interno do CRCAP.

Além disso, tem a competência de articular, planejar, coordenar, apoiar e supervisionar as atividades relacionadas às funções citadas acima: exercer papel articulador com as demais Vice-presidências que compõem os órgãos executivos, no processo de elaboração e acompanhamento da execução das atividades e dos projetos vinculados ao Plano de Trabalho Anual (PTA) e à proposta orçamentária do CRCAP.

A Vice-presidente acompanha a execução e os projetos e demais atividades diretamente ligadas a gestão deste CRCAP, além de auxiliar na tomada de decisões de forma tempestiva, facilitando a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, além de órgãos externos, identificar a necessidade de ajustes e revisões dos planos, melhorando a gestão, conseqüentemente, favorecer a prestação de contas.

A Vice-presidente Administrativa, integra a estrutura de empresários contábeis vinculados a Presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá. Suas competências regimentais fundamentam a definição das diretrizes inseridas no Planejamento Estratégico e se relacionam aos Processos de Infraestrutura, Gestão do Conhecimento, Gestão de Pessoas, Governança e Finanças. Os trabalhos desenvolvidos pela Vice-presidência se relacionam a organização institucional, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, gestão de pessoas, suporte

- **Despesas Obrigatórias:** definidas pelo caráter continuado e imprescindível para a realização das premissas fundamentais que representam para a entidade como uma obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Despesas de pessoal e encargos sociais, Despesas com projetos/atividades de Registros, Educação Continuada e edição de normas, Despesas Contratuais e indenizações trabalhistas.

- **Despesas Discricionárias:** Definidas como continuidade de atividades e objetivos em destaque por não constituírem obrigações legais e nas quais o gestor tem uma maior liberdade para a decisão de aplicação, como por exemplo, despesas com promoção de eventos para os profissionais da área contábil.

Em razão da crise econômica enfrentada pelo país, o desemprego cresceu, como consequência desse cenário, o número de pedidos de baixa de registro aumentou e junto a isto, aumentou também o número de inadimplentes junto a este CRCAP, tais fatores interferem diretamente na arrecadação de recursos.

O cenário exigiu readequação e constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem que isso comprometa a qualidade da prestação dos serviços à classe contábil e a sociedade.

Em razão da dificuldade de realização de concurso público para composição de nosso quadro de funcionários, frente a indefinição do Supremo Tribunal Federal acerca do regime jurídico – estatutário ou celetista – que devem ser adotados para os empregados dos Conselhos Profissionais. Essa situação, em curto prazo, impactará negativamente na execução das atividades finais deste CRCAP.

Declaramos que os padrões de gestão do CRCAP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

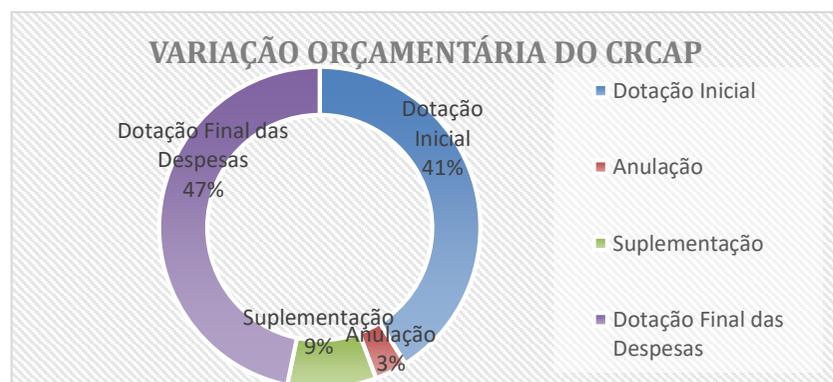
Contadora Lucélia Araujo Quaresma
Vice-Presidente Administrativo

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento para o exercício de 2018 foi estimado em R\$ 821.837,00, aprovado por meio da Resolução CFC n.º 0219/2017, subdividido em Objetivos Estratégicos, Programas, Projetos e Atividades. Entretanto, houveram modificações orçamentárias, por anulação ou suplementação de recursos, redimensionando-o para o montante de R\$ 935.737,00.

Variação orçamentária do CRC-AP:

821.837,00 Dotação Inicial	65.039,67 Anulação	178.939,67 suplementação
=		
RS 935.737,00 Dotação Final da despesas		

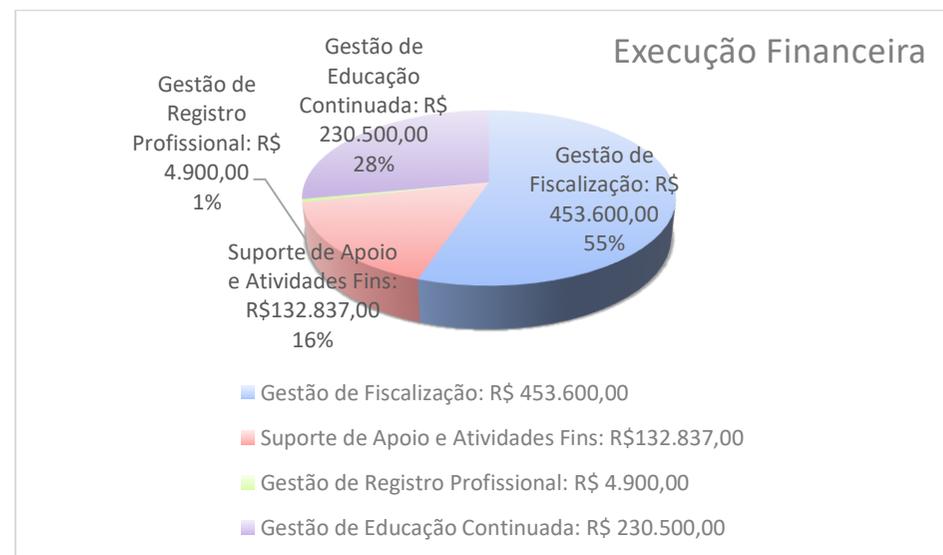


Execução Orçamentária

Em 2018, o CFC arrecadou R\$ 475.662,07, representando 79,94% da receita prevista. Desse montante, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 800.894,80 das quais foram liquidadas R\$ 747.36,80, valor esse equivalente a 79,91% do estimado na proposta orçamentária.

Execução Financeira

Em 2018, as despesas executadas pelo CRC-AP totalizaram R\$ 821.837,00, sendo a maior parte direcionada ao atendimento do programa finalístico Gestão de Fiscalização.



Em 2018, as despesas executadas representaram 79,91% do montante arrecadado.

As despesas correntes representaram cerca de 81,41% da despesa total e apresentaram uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 747.736,80, sendo as de maior relevância descritas a seguir:

Pessoal, Encargos e Benefícios

- ⊕ Remuneração de pessoal: 41,21%
- ⊕ Encargos patronais: 8,94, %
- ⊕ Benefícios – programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, plano odontológico: 4,38%

Uso de Bens e Serviços

Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CRCAP: 19,61%

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES				Valores Pagos R\$	
	Empenhada R\$		Liquidada R\$		2018	2017
	2018	2017	2018	2017		
1. Despesas de Pessoal (6.3.1.1 + 6.3.1.2)	485.531,34	435.971,85	464.654,30	435.971,85		
Remuneração de Pessoal (6.3.1.1.01.01)	314.337,46	294.202,56	308.148,86	194.202,56		
Encargos Patronais (6.3.1.1.01.02)	97.800,00	86.739,28	89.667,00	86.739,28		
Benefícios a Pessoal (6.3.1.1.01.03 + 6.3.1.2)	73.393,88	55.030,01	66.838,44	55.030,01		
2. Uso de Bens e Serviços	157.912,52	194.904,15	146.634,89	194.904,15		

(6.3.1.3)				
Material de Consumo (6.3.1.3.01)	500,00	3.360,00	500,00	3.360,00
Serviços (6.3.1.3.02.01 + 6.3.1.3.02.02)	157.412,52	191.544,15	146.134,89	191.544,15
Diárias (6.3.1.3.02.03)	5.600,00	23.950,00	5.600,00	23.950,00
Passagens (6.3.1.3.02.04)	9.006,62	25.303,54	9.006,62	25.303,54
3. Financeiras (6.3.1.4)	35.000,00	38.534,00	27.149,96	38.534,00
Serviços Bancários (6.3.1.4.01.02)	35.000,00	38.534,00	27.149,96	38.534,00
4. Outras Despesas Correntes (6.3.1.5 + 6.3.1.6 + 6.3.1.9)	122.450,94	120.514,07	109.297,65	120.514,07
Tributárias (6.3.1.6.01)	120.474,42	117.172,09	107.521,13	117.172,09
Demais elementos do grupo (6.3.1.9.01)	1.976,52	3.341,98	1.776,52	3.341,98
DESPESAS CORRENTES (1+2+3+4)	800.894,80	789.924,07	747.736,80	789.924,07

Contingenciamento de Despesa

O CRC-AP cumpriu o princípio do equilíbrio ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Esse fato viabiliza a perenidade das atividades, além de garantir condições financeiras de realizar investimentos na entidade. Nesse exercício, o CRC-AP realizou alguns contingenciamentos no orçamento, com destaque para os serviços de informática, *softwares*, subvenções e serviço de divulgação.

Medidas Mitigadoras

Durante o exercício, foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, exemplificadas a seguir:

- Não renovação da frota de veículos;
- Suspensão do concurso público para contratação de pessoal;

Desafios e ações futuras

- Manter o bom funcionamento da estrutura do CRC-AP, mesmo com o cenário econômico instável;
- Desenvolver meios de atingir os resultados minimizando o consumo de recursos, principalmente em relação às ferramentas de tecnologia;
- Obter melhorias refletidas em todo o Sistema CFC/CRCs.
- Aprimorar os sistemas de informática disponíveis;
- Adotar processos digitais através do SEI;
- Treinar a equipe de trabalho para a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Melhorar o mapeamento dos recursos disponíveis e suas alocações;
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomada de decisão.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas praticada pelo CRC-AP é pautada nas diretrizes institucionais e desenvolvida por meio de uma série de ações específicas na área de recursos humanos, voltadas para valorização do seu corpo funcional. Tem como finalidade motivar e comprometer os funcionários com os resultados operacionais da unidade de trabalho e, consequentemente, com os objetivos estratégicos da organização.

A política fundamenta-se em questões como: desenvolvimento profissional, gestão participativa, remuneração, avaliação de desempenho, benefícios praticados no mercado, qualidade de vida e compromisso com a inclusão social.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, o CRC-AP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Conforme a seguir:

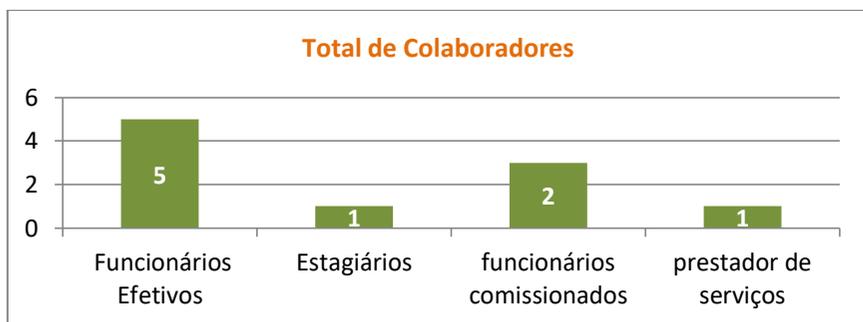
- Constituição Federal;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), DL n.º 5.452/1943, Lei n.º 13.467/2017;
- Lei n.º 6.019/1974
- Leis n.º 8.036/1990 e 8.212/1991;
- Resolução CFC nº 1.536/2017 que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCS), com alterações pela Resolução nº 1538/2018;
- Portaria CFC n.º 226/2014 que aprova o Manual de Políticas do CFC e mostra a preocupação do CFC em se adequar a legislação referente às novas relações de trabalho e demais normas relativas à gestão de pessoas.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas do CRC-AP é realizada por meio de indicadores, que permitem medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional. Além disso, os departamentos de gestão de pessoas são responsáveis pela observância às normas e ao cumprimento dos seguintes tópicos:

- Acompanhamento diário de informativos que tratam das legislações trabalhistas;
- Acompanhamento e controle do registro e justificativa de ponto dos colaboradores;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Controle e acompanhamento da entrega relativa à acumulação ou não de cargos, função ou emprego em entidades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista;
- Auditoria da CCI, com relação ao processamento da folha de pagamento e desligamento de empregados/estagiários do quadro de pessoal.

Avaliação da força de trabalho



Em dezembro/2018, a força de trabalho do CRC-AP estava assim distribuída:

Faixa salarial

Funcionários efetivos	Faixa salarial	Cargos Comissionados
1	Até R\$ 1.500,00	
	De R\$ 1.500,01 a R\$ 2.500,00	2
2	De R\$ 2.500,01 a R\$ 3.500,00	0
2	Acima de R\$ 3.500,00	0
5	Total	2

Bolsa auxílio dos estagiários

Carga Horária	Valor	Quantidade
4 horas diárias	R\$ 500,00	1
total		1



Representatividade por gênero



3	Funcionários efetivos	2
	Cargos Comissionados	2
1	Estagiários	
4	Total	4



Representatividade por cargo e gênero



	Assistente Técnico	2
	Diretor	1
	Assessor	1
	Aprendiz	1
	Total	5

Representatividade por etnia



	Pardo	Branco	Negro
Funcionários efetivos	5		
Cargos Comissionados	1	1	
Estagiários	1		
Total	7	1	

Representatividade por faixa etária



	Até 21 anos	entre 22 a 36	entre a 37 a 51
Funcionários efetivos	-	3	2
Cargos Comissionados	-	2	-
Estagiários	1	-	-
Total	1	5	2

Representatividade por área de trabalho

Área de Trabalho	Funcionários efetivos	Cargos Comissionados	Estagiários
Diretoria Executiva	-	1	-
Vice-Presidência Administrativa	2	1	1
Vice-Presidência de Controle Interno	1	-	-
Vice-Presidência de Desenvolv. Profissional	1	-	-
Vice-Presidência Fiscalização, Ética e Disciplina	-	-	-
Vice-Presidência Registro	1	-	-
Total	5	2	1

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A admissão de empregados ao quadro do CRC-AP é precedida de Concurso Público, que deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, constantes no Art. 37 da Constituição Federal. Excetuam-se dessa disposição os empregos aqui definidos como de Provimento em Comissão, os quais são de livre contratação e extinção.

Os cargos são distribuídos em níveis Superior, Médio e Fundamental, delineados a partir de atividades características de subsistemas e processos típicos do CRC-AP, englobando grande número de funções afins, estruturados em classes, segundo a maturidade e as competências necessárias.

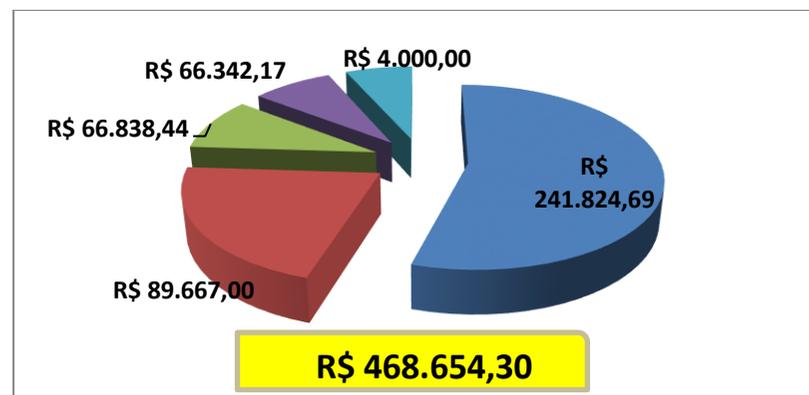
As descrições componentes do cargo têm o objetivo de definir as relações de competência, atribuições, requisitos essenciais e responsabilidades necessários para o desempenho das atividades do CRC-AP.

Para realização de concurso são considerados fatores como: desligamentos de empregados, dimensionamento da força de trabalho, complexidade da estrutura do CRC-AP, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.



Detalhamento da despesa de pessoal

O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2018 foi de **R\$ 468.654,30**, sendo distribuído da seguinte forma:



- Salários e Gratificações
- Benefícios Assistenciais e Previdenciários
- Férias, 13º Salário e indenizações
- Encargos
- Despesas com estagiários

O gasto com pessoal teve um aumento de 6,5% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram:

- Rescisão de contrato de trabalho de 01 funcionário e 01 comissionado;
- Reajuste salarial de 8% aprovado na Reunião Plenária do mês de abril/2018
- Reajuste plano de saúde e alimentação

Comparativo com gasto de pessoal



Progressão funcional

Plano de Cargos e Salários (PCS)

Aprovado pela Resolução CFC n.º 153/2010, com alterações pela Resolução n.º 1538/2018, estabelece uma política salarial que permite a ascensão profissional dos empregados de acordo com suas aptidões e desempenho e contribui para o desenvolvimento da política de recursos humanos. Com uma nova metodologia, mediante a utilização de múltiplas fontes e o estabelecimento de metas a serem atingidas, o PCS pretende ser a resposta eficaz ao pleno emprego e à satisfação profissional do corpo funcional.

Progressão Funcional

Em 2019 iniciará o processo para adoção da progressão funcional com a participação de todos os empregados ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais serão submetidos à avaliação de desempenho. Esse processo é definido da seguinte forma:

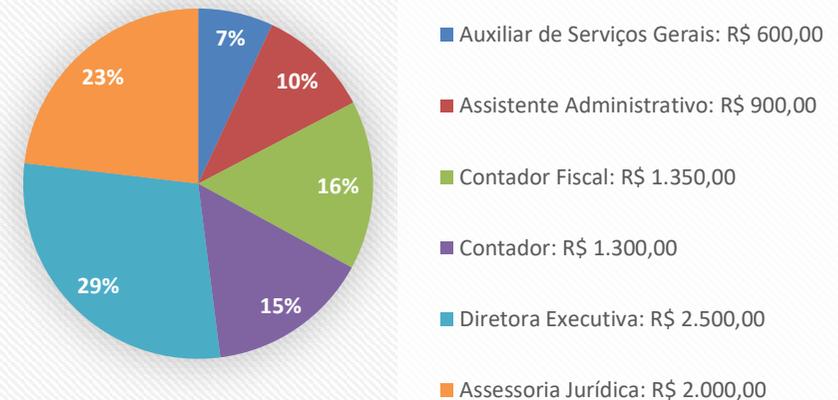
Progressão Horizontal por Merecimento: decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do cargo em que está enquadrado. Ocorre anualmente, no mês de março, mediante aprovação em Avaliação de Desempenho aplicada pelo CRC-AP.

Avaliação de desempenho – Contrato de experiência

A descrição funcional é especificada no Plano de cargos e salários (PCS) do CRC-AP, onde são identificados os requisitos e competência necessários à função. Como forma de avaliar tais requisitos e competências, é realizada a avaliação de desempenho dos funcionários em contrato de experiência.

Durante o período do contrato de experiência, os funcionários são avaliados quanto à sua aptidão e capacidade para desempenho do cargo, observando-se os seguintes critérios: assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade, responsabilidade e relacionamento interpessoal. As avaliações devem ser realizadas pelo gestor imediato do funcionário em até 60 dias após a admissão e, caso necessário, outra avaliação será realizada em até 30 dias, totalizando 90 dias da data de admissão.

Tabela de Remuneração Inicial



Cargos gerenciais ocupados por empregados efetivos

Os cargos gerenciais também foram aprovados pela Resolução CFC n.º 153/2010, sendo distribuídos da seguinte forma: 15% sobre o valor da remuneração da Diretoria executiva, chefia e assessoramento são ocupados por empregados ativos esse ocupado o cargo de diretoria por um funcionário receberá 28% de gratificação também sobre o valor da remuneração da diretoria executiva.

Qualidade de vida no trabalho

Foram realizadas algumas ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, as quais contribuíram para a manutenção de um ambiente de trabalho harmônico e saudável, favorecendo o bem-estar e a produtividade da coletividade organizacional.

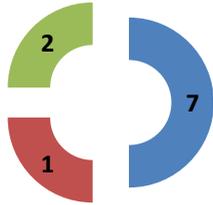
Tipo	Atividades Realizadas
Bazar Natalino	Com a participação de todos os colaboradores.

Segurança e Medicina no Trabalho

Visando proporcionar a qualidade e a segurança nos trabalhos dos seus colaboradores, o CRC-AP adota programas para prevenir acidentes no trabalho e proteger a integridade dos seus colaboradores, tais como:

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

Exames realizados em 2018



- Exame periódico
- Exame Admissional
- Exame Demissional

Capacitação: estratégia e números

A capacitação dos funcionários acontece por meio de treinamentos internos, cursos ofertados pelo CFC nas modalidades presencial.

Incentivo à profissionalização e aperfeiçoamento

Com o objetivo de aumentar o nível de conhecimento e melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido pelos funcionários, o CRC-AP oferece rendimentos para cursos de pós-graduação e mestrado e doutorado.

Principais desafios e ações futuras

Envelhecimento do quadro de empregados ativos

O quadro de empregados do CRC-AP vem apresentando índice de envelhecimento, conforme demonstrado no item "Avaliação da força de trabalho". Como o quadro funcional do CRC-AP é regido pela CLT, é prevista a possibilidade de adoção de medida unilateral pelo empregador em promover o desligamento automático quando atingida a idade limite prevista em legislação ou quando caracterizadas reiteradas avaliações funcionais sem progressão por mérito, conforme será definido em regulamento. A manutenção do quadro de pessoal deve atender aos parâmetros estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal. Nesses termos, o CFC deverá a extinção automática do contrato de trabalho do empregado que completar 70 (setenta) anos de idade. Assim, faz-se necessária a recomposição da força de trabalho, através de realização de concurso público.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CFC observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n.º 10.520/2002;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Decretos Lei: n.º 3.555/2000; n.º 3.722/2001; n.º 5.450/2005; n.º 7.892/2013; e n.º 8.538/2015.
- Instruções normativas

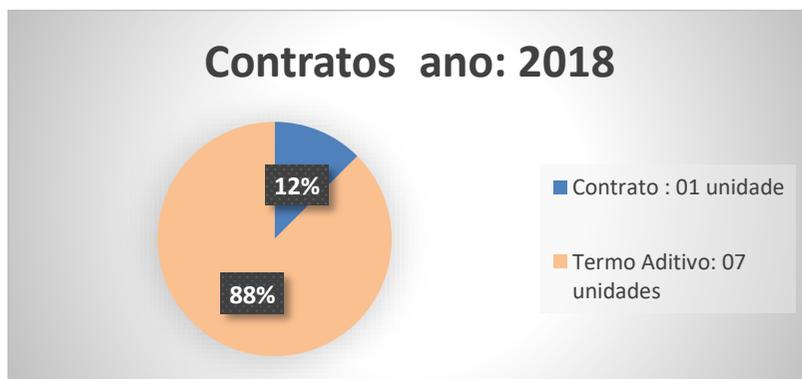
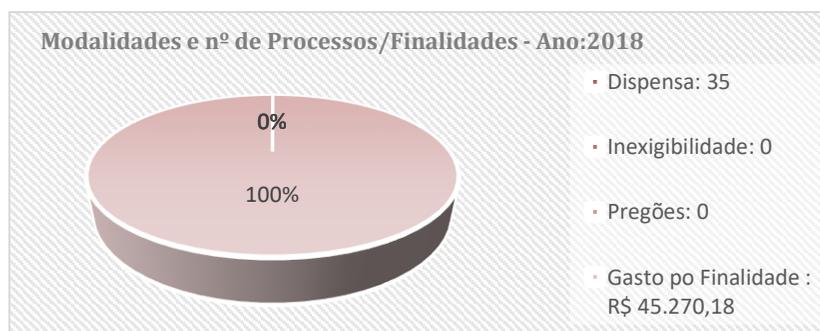
O Conselho conta com a atuação de sua Assessoria Jurídica, que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente no que se refere a legislação acima citada e as Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).



Um dos principais desafios para a área de gestão de pessoas consiste na adequação das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. Essa ferramenta é denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do eSocial em janeiro/2020. Neste sentido, o Conselho Regional de contabilidade do Amapá deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Detalhamento dos Gastos das Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o Funcionamento administrativo



Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes realizadas pelo CRCAP, em 2018, foram para atender aos programas da educação continuada e funcionamento administrativo.

Contratações diretas: justificativas

Os 35 processos de dispensas de licitação em razão do valor totalizaram **R\$ 45.270,18**

Principais desafios e ações futuras

Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), visando promover maior eficiência administrativa e adequação às práticas inovadoras de trabalho;
Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
Elaborar manuais de Pesquisa de Preços, Contratação Sustentável, Fiscalização de Contratos e Sanções Administrativas.

Principais desafios e ações futuras

Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), visando promover maior eficiência administrativa e adequação às práticas inovadoras de trabalho;
Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
Elaborar manuais de Pesquisa de Preços, Contratação Sustentável, Fiscalização de Contratos e Sanções Administrativas.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

O Conselho Federal de Contabilidade está alinhado, dentre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

Artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal;

Lei n.º 4.320/1964;

Decreto-lei n.º 200/1967;

Instrução Normativa n.º 205/1988;

Lei Complementar n.º 101/2000;

Lei n.º 8.429/1992;

Resolução CFC n.º 1.473/2014;

Decreto n.º 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Resultados alcançados

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar: O aprimoramento da infraestrutura do Conselho decorrente da melhoria nos processos de manutenção Modernização de equipamentos de informática Melhoria da qualidade dos ambientes, principalmente quanto à manutenção e climatização Melhoria da qualidade no atendimento aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o CRCAP, por meio da Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI) observam e aplicam um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP e melhores práticas para a manutenção dos serviços de TI. Como exemplo, destacam-se a IN 4 - Instrução Normativa MP/SLTI n.º 4/2014, o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do SISP e a Portaria n.º 40/2016 - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do MP/STI.

Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Será desenvolvido em 2019 e com aprovação e ações previstas, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do CRC-AP será uma ferramenta de planejamento que possibilitará estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos.

Evolução no consumo de recursos naturais:

Campanha de boas práticas - uso racional de: Energia elétrica, ar-condicionado, chuveiro e geladeiras, água, papel, tecnologia, bens e lixo;

Campanha do dia Mundial da Água - palestra com representante da CAESA, exposição de consumo de água e cartazes;

Campanha "Traga sua Garrafinha" - campanha de redução do consumo de copos descartáveis;

Campanha de prevenção ao suicídio (setembro amarelo) - Palestra com representante da Evolve Serviços e divulgação de e-mails de prevenção ao suicídio.

Redução de resíduos poluentes

Descarte e Reciclagem

A política de descarte e reciclagem tem como objetivo promover ações e atividades que visem ao consumo e ao descarte consciente de seus materiais, por parte dos seus colaboradores. Por meio de ações contínuas de coleta seletiva de resíduos e de reciclagem nos diversos setores da instituição, mantém-se um ambiente racional e sustentável.





Demonstrações Contábeis



Declaração do Contador, Marco Antonio Bastos Nunes

Estratégia para alcançar os principais objetivos

O Sistema CFC/CRCs formulou o Planejamento Estratégico para o período de 2018/2027 baseado no Balanced Scorecard (BSC) definindo os indicadores de desempenho. O planejamento compreende todas as áreas do Sistema CFC/CRCs. A reformulação nos objetivos traz consigo a modernização de metas relacionadas à gestão.

Infográfico: comparativo entre os recursos aplicados por projeto com os 13 objetivos estratégicos.

Gestão Orçamentária e Financeira

O Departamento de Contabilidade realiza a interação entre os setores a fim de elaborar a proposta orçamentária, assim verifica as alterações orçamentárias, acompanha a execução orçamentária e gera relatórios gerenciais.

O contingenciamento de despesas e ampliação da receita visa garantir recursos suficientes para o alcance dos objetivos estratégicos.

O desempenho financeiro visa demonstrar as informações sobre o fluxo financeiro, no intuito de evidenciar o gerenciamento de entradas e saídas de recursos e sustentabilidade financeira das atividades do Sistema.

O CRC-AP tem sazonalidade na arrecadação das suas receitas. O período de maior percentual ocorreu do mês de janeiro ao mês de maio de cada ano. Entretanto, em 2018, os meses de junho, agosto, setembro, outubro obtiveram déficits mensais, ou seja, a despesa executada no mês foi superior à arrecadação. No mês de dezembro há um aumento nas despesas em função do pagamento da segunda parcela do 13º do pessoal. Consideramos que o aumento do número de meses com superávits mensais ocorreu devido ao contingenciamento de despesas.

Dessa forma, a administração do CRC-AP e o Departamento Financeiro (Defin), sabedores dessa característica peculiar das receitas, geriram os recursos disponíveis de forma que todos os pagamentos ocorreram na data de vencimento acordada com os fornecedores, bem como ao que se refere à folha de pagamento. Assim, o gasto total em relação às receitas arrecadadas foi de 79,94%. O superávit financeiro apurado no período foi de R\$ 228.404,45 (duzentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Gestão de custos

Não há conteúdo a declarar nesse item. Tendo em vista as limitações técnicas e tecnológicas, ainda não foi possível implementar uma sistemática de apuração de custos, porém esse item será objeto de análise na revisão do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs..

Demonstrações Contábeis

O Departamento de Contabilidade – DECONT, está subordinado à Coordenação Administrativa – COAD. O setor de contabilidade é o setor responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CFC e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias.

Os demonstrativos do CRC-AP são as seguintes:

Balço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Conselho Regional de Contabilidade;

Balço Orçamentário – demonstra o orçamento inicial e suas alterações, confrontando-os com a execução da receita e da despesa;

Balço Financeiro - demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária,

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, classificadas em quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as qualitativas, decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, e indicará o resultado patrimonial do exercício;

Demonstração dos Fluxos de Caixa – compreende a movimentação financeira histórica da entidade pública, visando à análise em torno da capacidade financeira, bem como a projeção e a avaliação de cenários quanto à liquidez, solvência e endividamento

Declaração do Contador

As demonstrações contábeis do CRC-AP foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); à Resolução CFC n.º 1.161/2009; e à INT/VPCI/CFC n.º 018/2018 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU n.º 170/2018, de 19/09/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, bem como as orientações contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

Os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas.

Portanto, declaro que as informações constantes das demonstrações contábeis refletem os seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá.

Marco Antonio Bastos Nunes
CRC n.º 001282/O-8
Contabilidade do CRC-AP

Balço Patrimonial

Balço Patrimonial - BP evidencia a situaço patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e demonstra a posiço esttica dos ativos e passivos no final do exercrcio, possibilitando ao usurio da informao conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composio dos bens e direitos (ativos), das obrigaço (passivos) e dos resultados acumulados da gesto patrimonial ao longo de vrios exercrcios (patrimnio lquido). Alm disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferena entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do supervrit financeiro. O BP exibe tambm os atos potenciais ativos e passivos.

O Resultado financeiro é representado pela diferena entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado as orientaoes do Controle Interno do CFC. No exercrcio de foi apurado um supervrit financeiro no valor de R\$ 89.668.098,43.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o supervrit apurado com base no regime de competncia da Variao Patrimonial Diminutiva e da Variao Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Demonstrao das Variaço Patrimoniais

A DVP evidencia as alteraoes ocorridas no patrimnio do Conselho durante o exercrcio financeiro. Essa demonstrao apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado lquido entre as variaço aumentativas e diminutivas. O valor apurado compoe o patrimnio lquido demonstrado no BP.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ							
Av. Duque de caxias, 361 - Centro - CNPJ: 84.416.247/0001-83							
BALANÇO PATRIMONIAL							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
valores em Reais)							
ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		ESPECIFICAÇÃO	SALDO			
	2018	2017		2018	2017		
1.1	ATIVO CIRCULANTE	854.493,76	659.395,76	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	142.854,90	105.286,43
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	277.245,68	147.158,93	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	7.855,94	7.503,76
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	277.245,68	147.158,93	2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	7.855,94	7.503,76
1.1.1.1.05	Bancos Aplicao Financeira	277.245,68	147.158,93	2.1.1.2.01	Encargos Sociais a Pagar	7.855,94	7.503,76
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	560.761,63	506.333,81	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	9.707,40	13.126,03
1.1.2.1	CRÉDITOS A RECEBER	560.761,63	506.333,81	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	9.707,40	13.126,03
1.1.2.1.01	Créditos do Exercrcio	310.220,13	253.555,91	2.1.2.1.01	Obrigaçoes Fiscais de Curto Prazo	699,07	157,38
1.1.2.1.02	Créditos de Exercrcio Anteriores	858.895,54	596.438,13	2.1.2.1.02	Depósitos Consignáveis	3.162,57	2.815,30
1.1.2.1.03	Parcelamentos de Débitos	604.060,07	425.459,94	2.1.2.1.03	Fornecedores	5.845,76	10.153,35
1.1.2.1.04	Cota-Parte	(1.212.414,11)	(769.120,17)	2.1.3	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	15.624,20	12.291,67
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	14.130,65	1.730,01	2.1.3.1	CONTAS A PAGAR	160,00	160,00
1.1.3.2	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	14.123,01	1.730,01	2.1.3.1.01	Contas a Pagar	160,00	160,00
1.1.3.2.01	Tributos e Contribuiçoes a Recuperar	14.123,01	1.730,01	2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	15.464,20	67,79
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	7,64	0	2.1.3.2.01	Transferências Legais	15.464,20	67,79
1.1.3.4.01	Créditos por Danos ao Patrimnio Div. Responsáveis	7,64	0	2.1.3.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	12.063,88
1.1.5	VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2355,8	4173,01	2.1.3.9.01	Outras Obrigaçoes	0,00	12.063,88
1.1.5.1	VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2355,8	4173,01	2.1.4	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	109.667,36	72.364,97
1.1.5.1.01	Var. Diminutivas pagas Antecipadamente	2355,8	4173,01	2.1.4.1	PROVISÕES TRABALHISTAS	27.732,27	32.252,59
				2.1.4.1.01	Provisões Trabalhistas	27.732,27	32.252,59
				2.1.4.3	PROVISÕES DE COTA-PARTE	77.527,22	39.953,80
				2.1.4.3.01	Provisões de Cota Parte	77.527,22	39.953,80
				2.1.6.2	DEPÓSITOS JUDICIAIS	4407,87	158,58
				2.1.6.2.01	Depósitos Judiciais	4407,87	158,58
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	871.843,81	883.199,69	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	1.261,95
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	134.838,62	73.752,35	2.2.2	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	1.261,95
1.2.1.1	CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	134.838,62	73.752,35	2.2.2.1	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	1.261,95
1.2.1.1.01	Parcelamento de Débitos	196.654,05	163.479,85	2.2.2.1.01	Sentenças Judiciais	0,00	1.261,95
1.2.1.1.02	Cred. Exerc. Anteriores Não Executados	71989,7	67956,51	TOTAL DO PASSIVO	142.854,90	106.548,38	
1.2.1.1.03	Dívida Ativa Executada	782.083,53	737.190,10	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.587.183,09	1.436.047,10
1.2.1.1.98	Perda Estim. c/ Créd. Liquidao Duvidosa	-915.888,66	-894.874,11	2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.587.183,09	1.436.047,10
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	737.005,19	809.447,34	2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.587.183,09	1.436.047,10
1.2.2.2	IMOBILIZADO	737.005,19	809.447,34	2.3.1.1.01	Ajustes de Exercrcios Anteriores	0,00	0,00
1.2.2.2.01	Bens Móveis	272.126,51	308.670,91	2.3.1.1.02	Reservas	0	0
1.2.2.2.02	Bens Imóveis	654.000,00	654.000,00	2.3.1.1.03	Resultados Acumulados	1.587.183,09	1.436.047,10
1.2.2.2.03	Depreciao Acumulada	-189.121,32	-153.223,57	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.587.183,09	1.436.047,10	
TOTAL DO ATIVO	1.726.337,57	1.542.595,45		TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.587.183,09	1.436.047,10	
ATIVO FINANCEIRO	293.732,13	153.061,96		PASSIVO FINANCEIRO	65.327,68	65.332,63	
ATIVO PERMANENTE	77.527,22	1.389.533,53		PASSIVO PERMANENTE	77.527,22	41.215,75	
SALDO PATRIMONIAL					1.587.183,09	1.436.047,10	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO AMAPÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

(Valores em Reais)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
4.1	CONTRIBUIÇÕES	779.906,88	774.100,79	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	408.088,13	373.965,61
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	779.906,88	774.100,79	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	408.088,13	373.965,61
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	779.906,88	774.100,79	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	408.088,13	373.965,61
4.1.1.1.01	Contribuições	779.906,88	774.100,79	3.1.1.1.01	Pessoal e Encargos	408.088,13	373.965,61
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20.267,54	15.860,25	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20.267,54	15.860,25	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20.267,54	15.860,25	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
4.2.1.1.01	Exploração de Serviços	20.267,54	15.860,25	3.2.1.1.01	Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
4.3	FINANCEIRAS	350.191,31	258.358,37	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	242.947,68	280.396,58
4.3.1	FINANCEIRAS	350.191,31	258.358,37	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	242.947,68	280.396,58
4.3.1.1	FINANCEIRAS	350.191,31	258.358,37	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	242.947,68	280.396,58
4.3.1.1.01	Financeiras	350.191,31	258.358,37	3.3.1.1.01	Uso de Bens e Serviços	242.947,68	280.396,58
4.4	TRANSFERÊNCIAS	353.508,86	231.022,40	3.4	FINANCEIRAS	34.090,06	47.219,24
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	353.508,86	231.022,40	3.4.1	FINANCEIRAS	34.090,06	47.219,24
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	353.508,86	231.022,40	3.4.1.1	FINANCEIRAS	34.090,06	47.219,24
4.4.1.1.01	Transferências	353.508,86	231.022,40	3.4.1.1.01	Financeiras	34.090,06	47.219,24
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
4.5.1.1.01	Valorização e Ganhos com Ativos	0,00	0,00	3.5.1.1.01	Transferências	0,00	0,00
3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	145.094,55	142.611,52
3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	145.094,55	142.611,52
3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	145.094,55	142.611,52
3.6.1.1.01	Tributárias e Contributivas			3.6.1.1.01	Tributárias e Contributivas	145.094,55	142.611,52
3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	492.607,92	385.944,21
3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	492.607,92	385.944,21
3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	492.607,92	385.944,21
3.7.1.1.01	Desvalorização e Perda de Ativos			3.7.1.1.01	Desvalorização e Perda de Ativos	492.607,92	385.944,21
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.676,26	30.368,44
3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.676,26	30.368,44
3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.676,26	30.368,44
3.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			3.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	44.676,26	30.368,44
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.065,58	279.995,29				
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.065,58	279.995,29				
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	11.065,58	279.995,29				
4.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11.065,58	279.995,29				
TOTAL		1.514.940,17	1.559.337,10	TOTAL		1.367.504,60	1.260.505,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO						147.435,57	298.831,50

Balanco Orçamentário

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	821.837,00	821.837,00	894.891,41	142.945,59
CONTRIBUIÇÕES	595.000,00	595.000,00	475.662,07	119.337,93
Anuidades	595.000,00	595.000,00	475.662,07	119.337,93
Cota Parte	-	-	-	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.600,00	4.600,00	6.708,42	(2.108,42)
Exploração de Bens	4.600,00	4.600,00	6.708,42	(2.108,42)
FINANCEIRAS	69.600,00	69.600,00	50.247,62	19.352,38
Juros de Mora	37.700,00	37.700,00	30.336,96	7.363,04
Atualização Monetária	15.800,00	15.800,00	12.254,99	3.545,01
Multas e Encargos	6.100,00	6.100,00	4.996,92	1.103,08
Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	10.000,00	10.000,00	2.658,75	7.341,25
TRANSFERÊNCIAS	145.337,00	145.337,00	353.508,86	7.828,14
Transferências	145.337,00	145.337,00	353.508,86	7.828,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.300,00	7.300,00	8.764,44	(1.464,44)
Multas	4.000,00	4.000,00	5.364,12	(1.364,12)
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receitas Não-Identificadas	3.300,00	3.300,00	3.400,32	(100,32)
SUB TOTAL	821.837,00	821.837,00	894.891,41	142.945,59
DEFICIT			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS	821.837,00	821.837,00	894.891,41	142.945,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00		

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	70.939	66.773
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	54.902	46.756
Superávit	16.037	20.017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	821.537,00	1.003.537,00	747.736,80	747.736,80	255.800,20
PESSOAL E ENCARGOS	446.900,00	546.900,00	464.654,30	464.654,30	82.245,70
Pessoal e Encargos	446.900,00	546.900,00	464.654,30	464.654,30	82.245,70
USO DE BENS E SERVIÇOS	227.637,00	277.637,00	146.634,89	146.634,89	131.002,11
Material de Consumo	10.300,00	24.300,00	500,00	500,00	18.770,00
Serviços	217.337,00	253.337,00	146.134,89	146.134,89	107.202,11
FINANCEIRAS	22.000,00	48.000,00	27.149,96	27.149,96	20.850,04
Financeiras	22.000,00	48.000,00	27.149,96	27.149,96	20.850,04
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	121.600,00	125.600,00	107.521,13	107.521,13	18.078,87
Tributárias e Contributivas	121.600,00	125.600,00	107.521,13	107.521,13	18.078,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.400,00	5.400,00	1.776,52	1.776,52	3.623,48
Outras Despesas Correntes	3.400,00	5.400,00	1.776,52	1.776,52	3.623,48
DESPESAS DE CAPITAL	300,00	34.300,00	-	-	34.300,00
INVESTIMENTOS	300,00	34.300,00	-	-	34.300,00
Obras, Instalações e Reformas	300,00	34.300,00	-	-	34.300,00
Equipamentos e Materiais Permanentes	-	-	-	-	-
SUB TOTAL	821.837,00	1.037.837,00	747.736,80	747.736,80	290.100,20
SUPERÁVIT			147.154,61		
TOTAL DAS DESPESAS	821.837,00	1.037.837,00	747.736,80	747.736,80	290.100,20

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRC-AP para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução nº 0219/2017, publicada no Diário Oficial da União no valor de R\$ R\$ 821.837,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados. No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

Deve-se observar que as despesas com férias e encargos são empenhadas e liquidadas no sistema de informações orçamentárias no momento de aquisição do direito do funcionário, ou seja, a cada 1/12 avos trabalhados, contabiliza-se a liquidação da despesa (e a obrigação no sistema de informação patrimonial). Dessa forma, os valores que constam registrados em despesas liquidadas não podem ser interpretados como saídas totais de recursos financeiros.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 147.154,61.

Resultado Orçamentário CFC

R\$ Mil

Títulos	2018	2017
Resultado Orçamentário	147.154,61	51.233,79
Receitas Arrecadadas	894.891,41	841.157,86
Despesas Empenhadas	747.736,80	789.924,07

Restos a pagar

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício, conforme dispõe o art. 36 da Lei nº 4.320/64.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Res. CFC nº 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade

Restos a pagar

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			
6.4.1 DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	29.406,52	6.219,38	11.044,05	65,24	24.516,61

Balanço Financeiro - BF

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	894.891,41	841.157,86	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	747.736,80	789.924,07
Receitas Correntes	894.891,41	841.157,86	Despesas Correntes	747.736,80	789.924,07
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.080.394,67	866.491,07	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	858.717,69	868.157,31
Adiantamentos a Pessoal	20.730,70	23.896,88	Adiantamentos a Pessoal	20.730,75	20.394,52
Tributos e Contribuições a Recuperar	156,89	0,61	Tributos e Contribuições a Recuperar	12.579,89	21.106,57
Créditos Por Danos Ao Patrimônio	32.376,27	21.477,47	Créditos Por Danos Ao Patrimônio	32.383,91	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.560,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Cursos e Eventos	238.744,89	0,00	Cursos e Eventos	0,00	0,00
Pessoal a Pagar	238.744,89	213.507,47	Pessoal a Pagar	238.744,89	213.507,47
Encargos Sociais a Pagar	89.741,77	84.813,76	Encargos Sociais a Pagar	89.389,59	84.507,19
Obrigações de Curto Prazo	264.634,57	322.335,18	Obrigações de Curto Prazo	268.053,20	312.852,29
Contas a Pagar	0,00	160,00	Contas a Pagar	0,00	0,00
Transferências Legais	103.143,31	113.239,95	Transferências Legais	103.211,10	113.172,16
Provisões Trabalhistas	87.842,09	85.499,75	Provisões Trabalhistas	92.362,41	83.766,15
Depósitos judiciais	4.249,29		Depósitos Judiciais	0,00	3.812,17
Cancelamentos de restos a pagar			Sentenças Judiciais	1.261,95	15.038,79
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	147.158,93	97.591,41	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	277.245,68	147.158,96
TOTAL	147.158,93	97.591,41	TOTAL	1.883.700,17	1.805.240,34

Nota Explicativa

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

“§ 3º – As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

Os recursos disponíveis são mantidos em instituições financeiras oficiais e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores e de médio risco, tendo os ganhos registrados em contas de resultado. A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Títulos	2018	2017
Caixa e Equivalente de Caixa	277.245,68	147.158,93
Bancos Cta Arrecadação		0,00
Disponível B/Aplic. Financeiras	277.245,68	147.158,93

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

São registrados pelo regime de competência e compreendem os créditos relativos às anuidades, multas de infrações, juros de mora, atualização monetária e multas, cuja provável realização ocorrerá até o término do exercício seguinte. Distribuídos conforme abaixo:

Créditos de Curto Prazo	2018	2017
Anuidades	1.168.964,03	873.336,57
Multa por Ausência nas Eleições	11.931,01	5.515,01
Multa de Infrações	6.656,55	8.141,73
Juros de mora, atualização monetária, multas	207.673,08	388.460,67
Total	1.395.224,67	1.275.453,98

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima por sua origem, estão divididos em três grupos, são eles: créditos do exercício, créditos de exercícios anteriores e parcelamento de débitos. De acordo com o Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs

– item 5.4.2.1, o saldo do grupo “créditos de exercícios anteriores” do curto prazo somente será transferido para o grupo “créditos de exercícios anteriores não executados” no longo prazo, após a inscrição em dívida ativa, a qual deverá ser realizada no período de janeiro a junho do exercício seguinte ao do débito. No exercício de 2018.

Provisão para Perdas de Créditos de Curto Prazo:

Os procedimentos de reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa estão respaldados nos Princípios de Contabilidade, normatizados pela Resolução CFC nº 1.111/07, em especial: oportunidade e prudência.

A provisão para perdas dos créditos a receber de curto prazo foi calculada de acordo com a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, a qual baseia-se na média dos percentuais de recebimento dos três últimos exercícios.

Percentuais de Inadimplência Exercícios 2017 e 2018

2017 – Média dos Percentuais de 2015, 2016 e 2017 – (0,78+0,78+0,79) / 0,78%
2018 – Média dos Percentuais de 2016, 2017 e 2018 – (0,72+0,74+0,79) / 0,75 %

Aplicando-se percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Crédito a Receber Curto Prazo	2018	2017
Créditos do Exercício	310.220,13	253.555,91
Créditos de Exercícios Anteriores	858.895,54	596.438,13
Parcelamento de Débitos	604.060,07	425.459,94
(-) Ajuste de Perda de Créditos CP	(1.212.414,11)	(769.120,17)
Total dos Créditos Líquidos	560.761,63	506.333,81

Créditos de Longo Prazo:

Representam os créditos a receber cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, isto é, que serão realizados num prazo superior a um ano a partir da data do Balanço.

Créditos de Longo Prazo	2018	2017
Anuidades	225.032,51	226.111,15
Multa por Ausência nas Eleições	12.246,07	12.527,24
Multa de Infrações	7.085,19	7.699,73
Juros de mora, atualização monetária, multas	805.402,91	721.713,36
Total	1.049.766,68	968.051,48

Os créditos de longo prazo, apresentados na tabela acima por sua origem, estão divididos em três grupos, são eles: parcelamento de débitos, créditos de exercícios anteriores não executados e dívida ativa executada. Os débitos inscritos em dívida ativa, mas ainda não executados, estão registrados no grupo “créditos de exercícios anteriores não executados”. Os débitos com execução judicial estão registrados no grupo “dívida ativa executada”.

De acordo com o Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs – item 5.4.2.1, o saldo do grupo “créditos de exercícios anteriores” do curto prazo somente será transferido para o grupo “créditos de exercícios anteriores não executados” no longo prazo, após a inscrição em dívida ativa, a qual deverá ser realizada no período de janeiro a junho do exercício seguinte ao do débito.

Provisão para Perdas de Créditos de Longo Prazo:

A provisão para perda dos créditos a receber de longo prazo foi calculada pelo mesmo método da provisão de perdas de curto prazo, isto é, a metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, a qual baseia-se na média dos percentuais de recebimento dos três últimos exercícios.

Percentuais de Inadimplência Exercícios 2016 e 2017

2017 – Média dos Percentuais de 2015, 2016 e 2017 – (0,96+0,98+0,96) / 0,97%
2018 – Média dos Percentuais de 2016, 2017 e 2018 – (0,97+0,98+0,99) / 0,98%

Aplicado o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme abaixo:

Crédito a Receber Longo Prazo	2018	2017
Parcelamento de Débitos	196.654,05	163.479,85
Créditos de Exercícios Anteriores	71.989,70	67.956,51
Dívida Ativa Executada	782.083,53	737.190,13
(-) Ajuste de Perda de Créditos LP	(915.888,66)	(894.874,11)
Total dos Créditos Líquidos	134.838,62	73.752,38

Imobilizado

Os bens registrados no ativo imobilizado foram reavaliados no exercício de 2011 pela empresa UNISIS Administração Patrimonial Ltda. Os reflexos da perda por “impairment” foram reconhecidos no balanço de 2013.

Informamos que houve alguns ajustes nos valores relativo a baixas devido processo de doação de bens inservíveis conforme deliberação CRC-AP nº 019/2018 de 27/11/2018.

	Saldo em 31/12/2017	Aquisições		Baixas		Reavaliação	Impairment (Ajuste ao Valor Recuperável)	Saldo em 31/12/2018	Depreciação
		Compras	Incorporações	Alienação (Vendas)	Desincorporações				
Móveis e Utensílios	33.790,27				6.908,50			26.881,77	24.079,90
Máquinas e Equipamentos	92.574,26				25.350,90			67.223,86	25.229,70
Utensílios de Copa e Cozinha	864,00							864,00	-777,60
Veículos	100.312,00							100.312,00	31.598,28
Equip. de Proc. de Dados	81.130,38				4.285,00			76.845,38	36.290,94
Sede	558.000,00							558.000,00	71.145,00
Terrenos	96.000,00							96.000,00	

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciado, com base na Instrução de Trabalho do CFC n.º 004/2011, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de (10) dez anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de (05) cinco anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro apostado no item anterior.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratação junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a INT VPCI Nº 17/2017 do CFC.

TÍTULOS	2018	2017
Obrigações Curto Prazo a Pagar		105.286,43
Encargos Sociais	7.855,94	7.503,76
Obrigações Fiscais	699,07	157,38
Depósitos Consignáveis	3.162,57	2.815,30
Fornecedores	5.845,76	10.153,35
Contas a Pagar	160,00	0,00
Outras Obrigações	15.464,20	12.291,67
Provisões Trabalhistas	27.732,27	32.252,59
Provisão de Cota-Parte	77.527,22	39.953,80
Valores de terceiros e/ou restituíveis	4.407,87	158,58

Provisão para Férias e Encargos

A provisão para férias é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CRC-AP, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

TÍTULOS	2018	2017
Provisões trabalhistas	27.732,27	32.252,59
Provisão de férias	22.665,70	26.328,65
Encargos Sociais	5.066,57	5.923,94

Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente:

TÍTULOS	2018	2017
Patrimônio Líquido	1.583.482,67	1.436.047,10
Ajuste de Exercícios Anteriores	-3.700,42	3.700,42
Resultado do Exercício	147.435,57	298.831,50
Resultados Acumulados Exerc. Anteriores	1.439.747,52	1.133.515,18

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de **R\$ 147.435,57** foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, em atendimento a Resolução CFC n.º 1132/08.

TÍTULOS	2018	2017
Resultado Patrimonial	147.435,57	298.831,50
Variações Patrim. Aumentativas	1.514.940,17	1.559.337,10
(-) Variações Patrim. Diminutivas	1.367.504,60	1.260.505,60





Outras Informações Relevantes

Outras Informações Relevantes

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá publica pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC12, do Conselho Internacional para o Relato Integrado, na Instrução Normativa TCU n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018 e na Portaria TCU n.º 369/2018 de 17 de dezembro de 2018. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo.

Foram selecionadas informações constantes no Relatório de Auditoria, do Sistema de Indicadores (SGI), das demonstrações contábeis, das notas explicativas, do Planejamento Estratégico do CRC-AP e dos estudos realizados em atendimento das Resoluções CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018 que institui a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs, Resolução CFC n.º 1.528, de 18 de agosto de 2017 que institui a Política de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá.

Para a determinação de materialidade das informações relevantes, foi encaminhado e aplicado pelos gestores das unidades organizacionais o formulário de identificação de informações relevantes que se encontra anexo a este relatório



Visitas Escolares

O Programa Visitas Escolares tem por objetivo aproximar os futuros profissionais da área contábil do CRCAP, auxiliando também a expandir os limites da aprendizagem para além das salas de aula. O programa abre as portas do CRCAP para alunos de cursos de Ciências Contábeis, do estado do Amapá, realizarem um passeio pelas instalações do prédio, com o acompanhamento de professores responsáveis pela visitação e Conselheiros.

Enquanto visitam o Auditório o Plenário, entre outras instalações, os estudantes têm a oportunidade de conhecer o funcionamento do Conselho, de vivenciar um pouco da história da profissão, de adquirir informações sobre o desenvolvimento da profissão e de ver de perto onde ocorre grande parte das principais discussões da área contábil brasileira.

Durante o ano de 2018, o Programa Visitas Escolares recebeu o total de 156 estudantes de Instituições de Educação Superior (IES) de várias faculdades do estado do Amapá.



Anexos

Contador Emilio Sérgio Oliveira dos Santos
Presidente

Contador Nair Mota Dias
Vice-Presidente de Registro

Contadora Lielbe Araujo da Silva
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Tanubia Neuza de Oliveira Barbosa
Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Lucélia Araújo Quaresma
Vice-Presidente Administrativo

Contadora Lucia Cláudia Alves Chaves
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Vice-Presidente de Controle Interno
Tanubia Neuza de Oliveira Barbosa

Vice-Presidente Administrativo
Lucélia Araújo Quaresma

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional
Lucia Cláudia Alves Chaves

Diretora Executiva
Elizete Santos Lacerda

Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão do CRC-AP referente
ao exercício de 2018:
Contador Marco Antonio Bastos Nunes
Diretora executiva Elizete Santos Lacerda.

Projeto Gráfico e Diagramação Marco Antonio Bastos Nunes

Expediente

Presidente do CRC-AP
Emilio Sérgio Oliveira dos Santos

Vice-Presidente de Registro
Nair Mota Dias

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina
Lielbe Araujo da Silva